

Ethos Seringueiro

Cenários dos Jovens da
Reserva Extrativista Chico Mendes

Anselmo Gonçalves da Silva



AYA EDITORA
2022

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autor

Prof.º Me. Anselmo Gonçalves da Silva

Capa

AYA Editora

Revisão

O Autor

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACES

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.º Me. José Henrique de Goes

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus
Pauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda

Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier

*Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional,
FNDE*

© 2022 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelo autor para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (CC BY 4.0). As ilustrações e demais informações contidas neste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seu autor e não representam necessariamente a opinião desta editora.

S5861 Silva, Anselmo Gonçalves da

Ethos Seringueiro - Cenários dos Jovens da Reserva Extrativista
Chico Mendes [recurso eletrônico]. / Anselmo Gonçalves da Silva . --
Ponta Grossa: Aya, 2022. 84 p

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-059-9

DOI: 10.47573/aya.5379.1.58

1. Seringueiros - Acre - Condições sociais. 2. Reserva Extrativista
Chico Mendes (AC). I. Título

CDD: 305.563098112

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
I – INTRODUÇÃO	8
II – O “MUNDO” QUE MUDA, CONCEITOS E AS JUVENTUDES	11
2.1. Juventudes rurais no contemporâneo e sucessão geracional em territórios tradicionais	11
2.2. Reservas Extrativistas – gênese, personalidade e natureza cultural	15
2.3. Dinâmicas de cultura e populações tradicionais	19
2.4. Cultura e produção do espaço habitado	28
2.5. Personalidade e “nós” culturais estruturantes do modelo de Reservas Extrativistas	31
2.6. Sujeito, alteridades e significação do “mundo”	35
2.7. Discursos e ideologias	36
2.8. Ethos e dialogismos – uma “mecânica”	40
III - NOSSOS LUGARES, NOSSAS PESSOAS E AS FORMAS DE OS CONHECER	45
3.1. A Reserva Extrativista Chico Mendes	45
3.2. Área do estudo: As comunidades Divisão e Rio Branco	46
IV - OS CENÁRIOS DE DUAS JUVENTUDES EXTRATIVISTAS AMAZÔNICAS	52
4.1. Dinâmicas do território “vivido” e a RESEX	52
4.2. Cenários dos jovens das comunidades Divisão e Rio Branco.	57
4.3. Os jovens, o futuro e a RECM	72
V – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	75
V - REFERÊNCIAS	76
SOBRE O AUTOR	81
ÍNDICE REMISSIVO	82

Apresentação

Aos meus sete anos, tive o meu primeiro contato com o que nomeiam por Amazônia. O meu pai, Jorge Gonçalves da Silva, um viajante aventureiro, estava no Pará, no Brasil, procurando fornecedores de ostras para fabricação de brincos e pulseiras. Nessa ocasião, eu e minha mãe estávamos com ele. Então, levou-nos para conhecer os seus novos amigos ribeirinhos. Confesso-vos que eu, criança, lá tive estranhamentos. As pessoas defecavam sobre um tablado de madeira sobre o rio; e, abaixo, havia peixes, cujos olhos virados para cima, ansiosos esperavam pelo que de cima os iria atingir. Daquele mesmo cenário, bebia-se a água e comiam-se os peixes — eu não podia entender (comia eu “só” ovos cozidos, por três dias). Um animal que estava com uma criança era lindo — um Quati. Encantou-me, quis acarinhar-lhe, estranhou-me, não me conhecia — quiçá eu afligi-o em algo e não o sabia. Na volta, estávamos num pequeno barco — eu, os meus pais e o barqueiro — mas eu tinha medo; a imensidão do grande rio afrontava-me; assombrava-me com o que podia haver guardado por baixo das suas águas — mas com a melancia que comia, confortava-me. De nada disso, eu, já grande, esqueço. As representações daqueles momentos, emergentes em afetos e emoções, talvez me tenham guiado à trajetória que trilhei e aos caminhos que desejo para mim como futuro. Voltando ao Rio de Janeiro, passaram-se mais de quinze anos, até que eu, novamente, reembarcava para a “dita” Amazônia. Desta vez para a cidade de Brasiléia, no interior do Acre, aonde iria eu, com ansiedades efervescidas por aquelas minhas representações amazônicas, tomar pose de um cargo de gestor de políticas públicas, no Governo do Estado do Acre. Nesse momento tornei-me adulto. Agi no mundo. Prestei serviços em três Secretarias de Estado. O meu primeiro trabalho foi uma viagem de três meses por municípios do interior, no Vale do Juruá, indo rever benefícios assistenciais nas residências de pouco mais de cem famílias. Seguiram-se, depois, trabalhos com capacitação de mulheres de bairros periféricos; com refugiados bolivianos de conflitos políticos ocorrentes no Departamento de Pando (Amazônia boliviana); com famílias brasileiras que residiam em seringais bolivianos e perderam os direitos de uso; com apoio à política municipal de assistência social; com gestão hospitalar; dentre outros. Foram-se assim três anos. Eu não queria ir embora, nem da Amazônia, nem do interior — me sentia útil. Em 2009, prestei outro concurso, fui trabalhar como analista ambiental no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O meu primeiro trabalho foi na Reserva Extrativista Chico Mendes — uma área protegida icônica, pela história de luta que representa e pela pessoa que lhe doou o nome. Esses anos foram cinco — não os conseguiria descrever nem mesmo num memorial. Talvez um resumo fosse que, tive o privilégio de conviver com as pessoas que fizeram existir o “movimento seringueiro” e a “aliança dos povos da floresta”. Neste período, pude com esses partilhar sonhos e frustrações, no desafio de tentar fazer com que a Reserva Extrativista fosse o que nela se projetou como utopia. Foi na Reserva que percebi alguns conflitos amazônicos em seus entremeios – quando se embolam as ideais, os tempos, as gerações e os sonhos (e isso ocorre longe dos modelos polares e binários – é complexo). E aí estavam às juventudes, as novas gerações, com suas ânsias de futuro – de “bem viver”, de sonhar e realizar, de serem felizes. Mas, por muitas vezes esse cenário de futuro dos jovens conflitava com o pensado para a um membro de uma “população tradicional” que vive em uma Reserva Extrativista. Em um ano da década passada entre no Mestrado Profissional de Gestão de Áreas Protegidas (MPGAP) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) – queria pesquisar sobre esses jovens – infelizmente fiquei doente em uma base do INPA, possivelmente de alguma doença amazônica, internado num Hospital em Manaus. A Professora Rita de Cássia Guimarães Mesquita muito me ajudou. Desisti do mestrado. Mas retornei novamente e o concluí em 2017. Pude então realizar a pesquisa que se transforma nesse livro, buscando enfrentar, com juventudes da Reserva Extrativista Chico Mendes, a seguinte questão: Afinal, quais são os cenários desses jovens? Como imaginam seu futuro? Como imaginam o futuro do seu lugar? Como isso se relaciona com o futuro da Reserva Extrativista e de suas populações como “tradicionais”? Aqui não conseguimos conhecer muito, mas vimos como de relance, por meio das comunidades Rio Branco em Xapuri e Divisão em Assis Brasil (ambas no Acre), um pouco da expressão desses sujeitos amazônicos. Um abraço! Obrigado pela sua atenção! E boa leitura. Se desejar, pode me contatar pelo e-mail: anselmo.silva@ifac.edu.br

Prof.º Me. Anselmo Gonçalves da Silva

I – INTRODUÇÃO

[...] Os seringueiros de Xapuri/AC, sujeitos que resistiram bravamente nas matas após os ciclos e crises da borracha, como também sobreviveram ao movimento de expropriação provocado pela expansão da fronteira agrícola promovida pelos militares, nos anos 1970/80, em termos de perspectiva modernizante, no tempo presente, parecem caminhar para a extinção enquanto categoria social. (CASTELLO, 2014, p. 289)

Neste estudo, busca-se investigar questões relativas à sentença acima, estudando dois grupos de jovens da Reserva Extrativista Chico Mendes – RECM, buscando suas possíveis causas no processo de reprodução social; e, sua relação com o futuro das Reservas Extrativistas enquanto modelagem de ordenamento territorial correlata a sustentabilidade socioambiental. Para percorrer essa jornada, escolheu-se como ponto de partida a criação das Reservas Extrativistas.

Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988. Em 30 de janeiro de 1990¹, criou-se o instituto das Reservas Extrativistas. E, em 12 de março de 1990², foi criada a Reserva Extrativista Chico Mendes – RECM, no Acre, abrangendo 48 seringais em uma área de aproximadamente 970.570 hectares – na região “palco” dos conflitos em que seringueiros requeriam o reconhecimento do direito de ocupar seus territórios.

No contexto daquela época, as Reservas Extrativistas foram definidas como “espaços territoriais” de “interesse ecológico e social”, com caráter de “exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. As normas de exploração e conservação seriam reguladas por Contrato de Concessão de Direito Real de Uso firmado entre as populações e o Poder Público, incluindo “clausula de rescisão, quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transmissão inter vivos”, e por um Plano de Utilização aprovado pelo IBAMA (BRASIL, 1990).

Atualmente no Brasil existem 90 Reservas Extrativistas, 62 federais e 28 estaduais, correspondendo a aproximadamente 144.610 km² (BRASIL, 2016) – dimensão superior aos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Sergipe e Alagoas juntos – 139.637 km² (BRASIL, 2017). Na região amazônica foram estabelecidas 47 Reservas Extrativistas – posicionadas como fatores de conversação sociocultural e ambiental. Para Allegretti (2014),

1 Através do Decreto Nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que, dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências.

2 Através, do Decreto Nº 99.144, de 12 de março de 1990, que, cria a Reserva Extrativista Chico Mendes.

se elas “não tivessem sido instituídas, os seringueiros – hoje chamados de extrativistas – teriam saído da floresta e ido para as periferias das cidades, e os recursos naturais da floresta teriam se transformado em matérias-primas e não em meio de vida”.

Este instituto tem sido utilizado como instrumento para reconhecimento de direitos sobre territórios e resolução legal de conflitos socioambientais e fundiários. Segundo Mesquita (2016), apesar da concepção deste modelo se relacionar com a cultura seringueira, no processo de implementação “sua dimensão legal e efetiva foi desenvolvida para incluir outras visões de mundo”. Assim:

[...]a RESEX hoje pode tanto se ajustar a uma zona marinha quanto a áreas de agricultura familiar, (...), mas alguns pontos unem a visão: a dependência cultural dos recursos naturais para a manutenção de certos modos de vida, o pacto pela conservação ambiental, o reconhecimento de direitos diferenciados de acesso e uso” [dos recursos naturais]. (MESQUITA, 2016)

Desde a criação das primeiras Reservas Extrativistas em 1990: Alto Juruá e Chico Mendes, no Acre; Rio Ouro Preto, em Rondônia; e, Rio Cajari, no Amapá; conjunções de processos influenciaram as populações tradicionais e as sociedades em geral – o que ocasiona múltiplos fenômenos e efeitos expressos física e culturalmente.

Atualmente parece que as Reservas Extrativistas, diferenciadamente em cada contexto regional, se desenvolvem em uma nova fase: a do desafio da sucessão de uma nova geração. De acordo com Allegretti (2014), a continuidade do projeto se atrela a “dar” condições sociais, estruturais e econômicas para que esta geração de jovens permaneça na floresta; acessem educação que fomente a continuidade aprimorada de sua cultura, modos de vida e economia, concretizando um modelo socioambiental sustentável.

Acredita-se que, o conjunto de condições econômicas, físico/materiais e influências culturais vivenciadas pelas juventudes de territórios tradicionais, singularmente no contemporâneo, têm afetado sua visão de mundo e seus projetos de vida. Isso tem caracterizado a sucessão geracional como um período de crises e mudanças profundas na estrutura socio-cultural destes grupos. No caso da Reserva Extrativista Chico Mendes, se percebe efeitos como migrações de jovens para centros urbanos próximos; alterações no padrão de percepção e produção do espaço pelos jovens que seguem residindo nos seringais, fenômeno que pode ser exemplificado pelo avanço da pecuária (HOELY, 2015), etc. Essas transfor-

mações podem afetar a efetividade dos objetivos de conservação ambiental e sociocultural relacionados à criação das Reservas Extrativistas, gerando conflitualidades diversas.

Assim, percorre-se um caminho teórico com reflexões sobre cultura, globalização, contemporaneidade, identidades, mudanças culturais, produção do espaço, juventudes rurais/tradicionais, reprodução social, ideologia e discurso, sujeito e alteridades, ethos e dialogismos. Com esse instrumental, se propõe analisar 2 grupos de estudantes, do 2º ano do Ensino Médio, de duas escolas de comunidades diferentes da Reserva Extrativistas Chico Mendes: a Escola Municipal Baixa Verde, no Seringal Icuriã, município de Assis Brasil/AC e a Escola Municipal União, no Seringal Floresta, município de Xapuri/AC. Os jovens responderam questões sobre os seguintes temas:

- 1) *Percepções positivas e negativas de se viver numa Reserva Extrativista,*
- 2) *Expectativas para o futuro de suas colocações³, e*
- 3) *Seus projetos de vida*

Os resultados possibilitaram esboçar cenários para as duas comunidades e indicar fatores que influenciaram o seu desenvolvimento no percurso histórico. Espera-se assim, a partir do estudo de caso, produzir subsídios para ampliar a compreensão da reprodução empírica de um modo “Reserva Extrativista” de ser e viver – afeto a reprodução social e cultural de populações tradicionais.

3 Unidades de ocupação da estrutura de ordenamento da Reserva Extrativista Chico Mendes, ocupadas pela família titular e suas gerações sucessoras, compostas de 2 até 18 estradas de seringa com aproximadamente 100 árvores de seringa por estrada. Um seringal pode ser composto por dezenas de colocações.

II – O “MUNDO” QUE MUDA, CONCEITOS E AS JUVENTUDES

2.1. Juventudes rurais no contemporâneo e sucessão geracional em territórios tradicionais

Na perspectiva deste estudo considera-se as juventudes da RECM como integrantes da categoria juventudes rurais. Utiliza-se então, referências de autores que investigam processos de reprodução social vivenciados por jovens rurais na atualidade, buscando suprir a pesquisa de instrumentos elucidativos para os cenários de futuro projetados pelas juventudes da RECM e possíveis reflexos territoriais.

No contemporâneo, o jovem rural vivência um contexto social que lhe impõe novas experimentações e novas “crises” do período juvenil, se comparadas às gerações anteriores. Não só crise de identidade e de reprodução social, mas de pressões que influem a reelaboração do mundo rural. (WANDERLEY, 2007) No caso dos jovens aqui estudados, os efeitos culturais de reelaboração e recriação continuada dos sujeitos e consequentes expressões no território, incidem sobre a perspectiva do modelo legal de Reservas Extrativistas, gerando repercussões.

O jovem rural tem sido reconhecido como portador de um papel estratégico, no sentido de dinamizar as novas condições produtivas postas ao campo, convertendo-se em agente estruturado e estruturante das alterações no mundo rural latino-americano (GONZÁLEZ, 2004). Para Silva (2012) eles são uma “categoria que carrega a responsabilidade da reprodução social da agricultura familiar” (p.1). Analogamente ao “mundo” das Reservas Extrativistas, sobre os jovens imputa-se a expectativa de que, segundo a tradição, e os objetivos legais das RESEX, mantenham práticas produtivas de manejo sustentável dos recursos naturais e de baixo impacto ambiental.

Nos estudos sobre juventude rural, duas características surgem com destaque: a. primeiro, o período juvenil aparece como “o momento em que se define o projeto de vida, buscando o modo de viver a vida adulta. Este parece ser um processo característico da condição juvenil, comum aos jovens em diferentes situações” (ABRAMO, 2007, p. 67);

b. segundo, “a demanda por ‘viver a juventude’, partilhar de certos processos, de certas atividades e experimentações, muitas vezes vinculadas às possibilidades de formação e participação social, ao lazer, à diversão e à sexualidade, vividos numa intensidade peculiar aos jovens” (ABRAMO, 2007, p.68).

Para os jovens rurais a elaboração de um projeto de vida envolve dois grandes campos de tensões: a. primeiro, “a dúvida entre ficar e sair é uma questão estruturante”; ao se perguntarem “o que ser e fazer?” uma referência direta a outra pergunta se estabelece “onde fazer?”, “campo ou cidade?”; b. segundo, outro conjunto de tensões se relaciona com a família e sua característica no meio rural de unidade produtora; então, “quando o jovem formula seu projeto de vida, deve levar em conta o seu papel nessa unidade, pesar a sua vontade de autonomia e o seu sentimento de compromisso e solidariedade com relação à família” (p.69). Nesse contexto, o futuro da unidade de produção familiar é uma questão, juntamente com diversas relações familiares associadas. (ABRAMO, 2007)

Com relação à migração podemos perceber na “mecânica” do fenômeno “fatores de atração” ao urbano, principalmente expressos pelos jovens como relacionados ao trabalho e a renda; e “fatores de expulsão” do rural, representados pelos jovens como “dificuldade da vida no meio rural e da atividade agrícola”. (BRUMER, 2007)

Na elaboração dos projetos de vida dos jovens, as decisões sobre ficar ou sair da RECM, e sobre o futuro da unidade produtiva, neste caso a colocação familiar de extração de seringa, são definições importantes para a reprodução social destes extrativistas e para o alcance dos objetivos da RESEX. Ocorre que, peculiarmente no contemporâneo, estas decisões acontecem estando os jovens envolvidos e entremeados por uma grande aura de inovações e forças socioculturais e econômicas com proposituras transformadoras.

Embora muitos elementos de intercambio sejam atuantes sobre o mundo rural e promovam uma relação cada vez mais densa com sistemas culturais distintos e de caráter dominante e homogeneizador; a formação urbana mais próxima é de extrema importância tanto na estratégia de reprodução social dos jovens quanto como ponte de relação com a sociedade geral, caracterizada pelo externo. Essas pequenas urbanidades, geralmente sedes municipais de pequenos municípios rurais, operam conexões com o sistema geral de

idades, promovendo relações sociais de interconhecimento. Ainda, elas representam um “ethos urbano”, que “precisamente organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana”. (WANDERLEY, 2007)

O aumento da mobilidade com a diminuição da barreira do espaço, a intensificação dos fluxos comunicacionais tecnológicos que transportam novas culturalidades, o acesso à educação formal, os efeitos de forças econômicas externas, caracterizam a densificação de fluxos entre elementos do rural e do urbano; que sintetizam um contexto de “novas mentalidades” no mundo rural. Atualmente, nas comunidades estudadas da RECM, com a abertura de estradas, a interface dos extrativistas com as nucleações urbanas de referência se tornou interativa e continuada, arranjo diferente de períodos históricos anteriores, em que os fluxos logísticos dos seringais seguiam para os rios, por onde era escoada a produção de borracha. Além da conexão com a urbanidade local, se vivência o entorno imediato, composto de áreas de posse, projetos de assentamento e fazendas quase sempre dedicados a pecuária.

Apresenta-se então como importante, entender os cenários e perspectivas das juventudes rurais, seus projetos de vida, a maneira como se percebem e como percebem “o mundo”. (CARNEIRO, 2007) E, esses processos ocorrendo em territórios tradicionais, compreendidos como Unidades de Conservação, com seus subsequentes impactos na sustentabilidade ambiental, na reprodução social de populações tradicionais, e no arcabouço legal destas tipologias diferenciadas de ordenamento territorial (Reservas Extrativistas).

Num estudo sobre jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco, apresentado por Wanderley (2007), foram identificadas quatro situações que revelam os projetos de vida dos jovens estudados: a) 27,8% “escolhem permanecer no campo e se encaminhar para profissões ou ocupações acessíveis localmente” (p.27), e avaliam positivamente a vida em sua comunidade; b) 19,5% “não pretendem permanecer vivendo no campo, transferindo-se para a sede do município” (p.27), se orientam para profissões, e avaliam com negatividade a oferta de oportunidades no campo relacionadas a seus projetos de vida; c) 18,7% desejam migrar para outras regiões do país, e sua maior motivação é encontrar trabalho; d) 29,9% dos jovens estão indecisos, quanto ao futuro profissional, e “também não

sabem o que querem quanto ao lugar de vida” (p.29)

Nesse contexto de “tração” que o urbano exerce sobre a juventude rural é importante não só entender os “fatores de atração” e de “expulsão”, mas também as condições que favorecem a permanência dos jovens e o desenvolvimento de atividades relacionadas ao “mundo rural”, o que poderíamos chamar de “fatores de fixação”. Os “fatores de oportunidade” são outro elemento importante; pois, embora os jovens elaborem projetos de vida e expectativas futuras, suas movimentações, decisões e estratégias são ajustadas as suas chances objetivas. (BRUMER, 2007)

Hoje, permanecer no campo e em territórios tradicionais, exige uma reelaboração do conjunto de elementos que tradicionalmente caracterizam o rural; e a mescla com outro conjunto que outrora tipificava a urbanidade. Isso na prática exige um modo de vida rural diferente das gerações anteriores. (CARNEIRO, 2007) Resultando permanências e rupturas diversas. As práticas de plantar, criar, extrair são ícones simbólicos e elementos caracterizantes da categoria “rural”. Ocorre que, o “rural” e esse conjunto de atividades têm sido continuamente associados a “ideias de atraso”, posicionados como inferior em relação ao urbano e suas atividades características, gerando uma sensação de negatividade em perspectiva avaliativa pelos indivíduos. Nesse contexto, a significação ou ressignificação do rural e suas dimensões de valorização, são essenciais, não só para descrever as dinâmicas de migração, mas para descrever os processos que produzem e transformam a territorialidade local. (CARNEIRO, 2007)

As unidades familiares rurais geralmente são também unidades agrícolas produtoras. Ocorre que, no contexto atual, a sucessão dos filhos como reprodutores do modo de vida e produção dos pais não é mais “automática” e “natural”. Muitos elementos cooperam para outras configurações. O modo de vida dos pais comparado ao urbano/altero tende a ser classificado como negativo, sofrendo um tensionamento, ora objetivando reelabora-lo, ora rompendo o vínculo e inviabilizando a sucessão geracional do estabelecimento agrícola/produtivo. (BRUMER, 2007) Para as juventudes da RECM, os valores econômicos e culturais do extrativismo, da natureza, do pertencimento e da vivência do território/comunidade são arenas de disputas e definições cujos resultados ajudam a modelar os cenários

futuros para a RECM.

As juventudes da Reserva Extrativista Chico Mendes, observadas neste estudo, são uma geração derivada de seringueiros que participaram do histórico processo que deu origem à um modelo peculiar de institucionalidade de ordenamento territorial - as Reservas Extrativistas; replicado como instrumento de conservação ambiental e sociocultural em diversas outras territorialidades. A eles, além das crises da sucessão geracional vivenciadas pelos jovens rurais no contemporâneo; imputa-se, por alteridades e marcos ético/legais, a expectativa de reprodução e desenvolvimento socioambiental desta modalidade de “lógica” territorial.

2.2. Reservas Extrativistas – gênese, personalidade e natureza cultural

[...] Nós, os seringueiros, não queremos transformar a Amazônia num santuário, o que nós não queremos é a Amazônia devastada. E aí se pergunta: qual é a proposta que vocês têm? E (...) nós começamos a apresentar a proposta alternativa para a conservação da Amazônia. Estas propostas se baseiam hoje na criação das reservas extrativistas. (...) Nós temos certeza que, com a criação das reservas extrativistas, a Amazônia num prazo 2.de dez anos se transformará numa das regiões economicamente viáveis, tanto para o Brasil como para o mundo. (MENDES, 1990)

Analisando o discurso transcrito acima, pode-se dizer que Chico Mendes expõe parte de suas percepções e expectativas, articulando sua “visão de mundo” e dos seringueiros na idealização do projeto de Reservas Extrativistas.

“Visão de mundo” é um termo que tem origem na expressão alemã *Weltanschauung*⁴, e refere-se ao modo como a realidade é percebida no geral: um conjunto de ideias e crenças através das quais os indivíduos interpretam o mundo. (PALMEIRA e GEWEHR, 2015)

Essa “visão de mundo” é condicionada pela cultura. Segundo Laraia (2001), o modo de ver o mundo, a ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais são produtos de uma herança cultural. A cultura então é como se fosse “uma lente através da qual o homem vê o mundo”, (LARAIA, 2001 *apud* BENEDICT, 1972). É “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2001 *apud* TYLOR, 1871). Esta é a primeira definição de cultura, que precedeu uma série de variantes

4 O termo *Weltanschauung* aparece pela primeira vez em *Kritik der Urteilskraft*, em 1790. Em seu contexto original, Kant a situa na relação entre o mundo e o sujeito, no momento mesmo em que ocorre a apreensão do mundo através da experiência sensível.

e redefinições. (LARAIA, 2001 *apud* TYLOR, 1871)

A cultura engloba aspectos intangíveis, como as crenças, as ideias e os valores, e aspectos tangíveis, como os objetos, os símbolos ou a tecnologia. (GIDDENS, 1991) Ela referencia socialmente os indivíduos, e é especialmente utilizada para categorizar as populações beneficiárias⁵ de Reservas Extrativistas como populações tradicionais^{6,7}, associando-as a direitos, deveres, e a um conjunto amplo de presunções e expectativas das alteridades e de seus próprios pares.

A cultura dessas populações, como as que residem a Reserva Extrativista Chico Mendes, tem referência numa tradição peculiarmente associada a elementos da natureza (CUNHA, 2010). A tradição, segundo (GIDDENS, 1991), é “uma orientação para o passado, de tal forma que o passado (...) é constituído para ter pesada influência para o presente” (p.80). Ela integra a comunidade, ao mesmo tempo em que a monitora; traz o passado para significar o presente e influir na construção do futuro.

O conceito de populações tradicionais se estrutura a partir da descrição de fenômenos de natureza cultural ocorrentes num determinado tempo e espaço. “Contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política” (LITTLE, 2002, p.283); e está ligado ao movimento socioambiental de construção e institucionalização das primeiras Reservas Extrativistas. Ele se desenvolve a partir da produção científica de pesquisadores que participaram da busca de resolução para os conflitos socioambientais e fundiários que se desenvolviam no contexto dos seringueiros no Acre, na década de 80. Segundo Diegues (1993), as características de culturas e sociedades tradicionais seriam as seguintes:

[...] a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;

b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;

5 População que tem reconhecido direito de uso e/ou ocupação de uma Reserva Extrativista. Este pode ocorrer através de vários instrumentos e arranjos legais, como: Decreto de criação da Unidade de Conservação, Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, Validação de Cadastro de Famílias Beneficiárias pelos Conselhos Deliberativos das Unidades de Conservação com Perfil de Beneficiário definidos por Portaria do ICMBio (no caso das Reservas Extrativistas Federais), etc.

6 O Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, define “povos e comunidades tradicionais” como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

7 A definição legal de “povos e comunidades tradicionais” foi instituída aproximadamente 17 anos após terem sido criadas as primeiras Reservas Extrativistas, através do decreto citado. E, aproximadamente 7 anos depois da criação do SNUC (vide nota de rodapé 11), que redefiniu legalmente o instituto das Reservas Extrativistas.

- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 1993, p. 87-88)

No contexto histórico-político e “espírito” da época, o conceito de populações tradicionais participa como elemento modelador, significante e justificador do instituto das Reservas Extrativistas⁸, refletindo também na definição legal⁹ do modelo no processo de criação do SNUC¹⁰. Segundo o Decreto 9.985¹¹, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Proteção da Natureza,

[...] A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000, art. 18)

As Reservas Extrativistas, portanto, são também reflexo de um conjunto de disputas políticas por legitimação social de méritos e visões de mundo. Nelas, os seringueiros dispuseram a descrição de si mesmos, de sua identificação; e, lograram a instituição de uma estrutura lógico/legal que acolheu e refletiu o seu modo de vida, sua territorialidade –

⁸ A primeira definição legal de Reserva Extrativista foi instituída através do Decreto Nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dentre outras caracterizações, definia-se as reservas extrativistas como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”.

⁹ A redefinição legal de Reservas Extrativistas, através da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o SNUC, aconteceu aproximadamente 10 anos após a primeira definição e a criação das primeiras Reservas.

¹⁰ SNUC é a sigla de Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído através da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

¹¹ Decreto Federal, datado de 18 de julho de 2000.

conjuntos essencialmente “culturais” e temporalmente localizados.

Acredita-se que a origem das Reservas Extrativistas imprimiu à “personalidade” do modelo quatro traços inter-relacionais constitutivos:

1) o *caráter marxista*, expresso pela lógica público/coletiva da propriedade, pela gestão/organização social coletiva do território, e pela natureza do papel do Estado;

2) o *fundamento no extrativismo*, expresso pela sua justificativa/arquitetura fundada numa economia baseada em práticas tradicionais e uso sustentável dos recursos florestais/extrativos;

3) a *auto associação dos seringueiros* com as construções teórico-legais da dimensão indígena, expresso no caráter diferencial dos objetivos, dos ocupantes, das ocupações, dos usos, e do ordenamento do território;

4) a *conservação ambiental*, expressa pela vinculação do projeto ao campo ambiental.

Através da observação-participante, durante 7 anos de interações do pesquisador com dinâmicas relacionadas à Reserva Extrativista Chico Mendes, percebe-se que, no tempo, a personalidade e os elementos conceituais e legais que significam e estruturam aquela forma de uso e ocupação humana foram friccionados por múltiplos fenômenos – especialmente existentes na dimensão cultural e econômica, produzindo conflitualidades especialmente expressas no processo de reprodução social de suas populações; e que também, comunidades análogas percebem e reagem distintamente diante de condições similares, produzindo resultados distintos quanto aos objetivos propostos para as Reservas Extrativistas, especialmente os afetos a conservação ambiental. Neste cenário, atentando para a relevância de elementos relacionados à cultura de PCT incorporados na modelagem do arcabouço ético/legal desta categoria de Unidade de Conservação; e ainda, a natureza cultural dos processos de transformações socioculturais, parece pertinente avançar numa perspectiva cultural de análise para interpelar as percepções, cenários e projetos de vida das juventudes analisadas, e suas possíveis implicações no desenvolvimento da RECM.

2.3. Dinâmicas de cultura e populações tradicionais

A reprodução social de populações tradicionais experimenta no contemporâneo dinâmica de mudança cultural intensa. Promove-se não só permanências e ressignificações, mas rupturas que se expressam na reconfiguração continuada das características socioculturais e econômicas dos grupos; e conseqüentemente, na produção do território habitado, repercutindo na efetividade das Reservas Extrativistas alcançarem seus objetivos socioambientais sustentavelmente no tempo. Nesse contexto, considerando a importância da cultura na modelagem das RESEX, e as profundas e rápidas mudanças culturais ocorrentes no presente, se faz importante compreender os processos de mudança cultural e suas repercussões.

A dimensão cultural é dinâmica e está em constante processo de transformação. Segundo Laraia (2001), “existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com outro” (p.50). É importante atentar que “grande parte dos padrões culturais de um dado sistema não foram criados por um sistema autóctone, foram copiados de outros sistemas culturais” (LARAIA, 2001, p.54). Para apreender esse processo é importante atentar para a inovação, pois a reprodução social inclui a possibilidade de mudança (COHN, 2001), e os homens “têm a capacidade de questionar seus próprios hábitos e modifica-los” (LARAIA, 2001, p. 49).

No contemporâneo, nos percebemos “como sujeitos de uma condição cultural que através de inúmeros investimentos nos modifica, transforma e constitui diferentes maneiras de ser e estar no mundo” (GARBIN *et al*, 2006, p. 2). Tal condição caracteriza as sociedades modernas como sociedades de mudança constante, rápida e permanente; caracterizadas por uma forma altamente reflexiva de vida (HALL, 2000), na qual, “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter” (GIDDENS, 1991, p.45).

O período histórico presente é marcado, em particular, pelo processo conhecido como “globalização”¹² (HALL, 2000; HAESBAERT, 1999); que, com a compressão das rela-

¹² Segundo o dicionário Aurélio, versão online, consultada em 22/09/2018, Globalização é o fenômeno ou processo mundial de integração ou partilha de informações, de culturas e de mercados.

ções espaço-tempo (HARVEY, 2001) tem modificado a experimentação da existência, alterado os padrões de reprodução social e de vinculação/interação entre indivíduos, grupos e comunidades, colocando sujeitos integrantes de sistemas culturais relativamente estáveis e fechados em dinâmica reflexiva com múltiplos sistemas diversos. Assim, a reprodução social de populações de territórios tradicionais tem vivenciado características novas, com fluxos de trocas culturais constantes, interativos, e diversos, com especial efeito sobre os indivíduos, suas identidades, agências e institucionalidades (como a Reservas Extrativista, as associações, as comunidades, etc.)

A globalização, assim, atua como fenômeno que integra lugares, colocando-os em interação, constituindo redes, e propondo condições de poder e hierarquia afetas à ideologias e intencionalidades. Autorizadas por espaços legitimados de poder, suas forças exercem influência sobre as sociedades locais, promovendo reconfigurações no ordenamento das realidades singulares dos lugares; que, “apesar de suas distinções culturais, sociais e políticas, passam a expressar estruturas e relações sociais assemelhadas às da sociedade mundial” (GARNELO e SAMPAIO, 2005, p. 756). Tende-se num fluxo à impulsão, à homogeneização de modos de vida e culturas (OLIVEIRA, 2004) ao tempo que também se produz relativização e respostas que originam arranjos peculiares.

É importante atentar que, singularmente na escala dos “lugares” amazônicos, há que ponderar o poder de agência e efeitos das forças globalizantes. “O homem não mora no mundo, ele mora num lugar”, que tem “um tempo e um espaço que são pouco globais e estão prenhos de significados”, mitos, representações, pertença, tradições, relações, parentescos, afetos, sentimentos, possessões, oportunidades, especificidades e peculiaridades que se fazem escapar às determinações mais gerais da história – “à medida que a história do lugar não é necessariamente a história de um país ou de uma sociedade”. Estes fragmentos distintos podem escapar das “tendências à homogeneização; (...) pois as forças que criam podem criar seu contraditório”, e o lugar é território de agência do seu autor/detentor, interagente com diversidade de variáveis. (OLIVEIRA, 2004, p. 110). Portanto, os processos guiados pela rede global se concretizam diferenciadamente na realidade local; e, a imposição de valores e comportamentos, e a pretensa homogeneizadora precisam ser relativizadas (GARNELO e SAMPAIO, 2005).

Neste cenário relativo do local, afetado pelos efeitos globalizantes, faz-se importante perceber distinções de variáveis nos processos que afetam as juventudes na definição de suas estratégias; e, tendem a produzir arranjos sociais diferenciados de um padrão homogeneizado percebido para a agência de juventudes rurais no contemporâneo – representado pelas migrações, dificuldades na sucessão da unidade produtiva familiar, etc. Nessa tarefa, as mudanças culturais vivenciadas por comunidades tradicionais, a consequente elaboração/reelaboração de identidades, é central para compreensão da ação individual e de coletivos.

No contemporâneo, a dialógica acelerada e intensa do presente, permite à “natureza humana” reflexionar sua dimensão sociocultural de modo metodicamente novo; ela também opera em seu conteúdo processos de diluição, dissolução, fragmentação, desorganização, liquefação, indagação e desordenamento de dispositivos e forças que estruturam e mantêm a ordem e estabilidade dos sistemas socioculturais, da estrutura social e institucionalidades. (BAUMAN 2007/2007 *apud* SILVA *et al.*, 2015). Para BAUMAN (2007):

*[...] Vivemos uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões e comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (...), pois se decompõe e se dissolvem mais rápido que o tempo leva para moldá-las. (BAUMAN, 2007/2007, *apud* SILVA *et al.*, 2015)*

Tais transformações vinculam-se a um “espírito” modernizante, sustentador e sustentado pela propositura de liberalização das agências individuais. Tal impulsão comprime estruturas socioculturais tradicionais à dissolução, como afirma Bauman:

*[...] Se o “espírito” era “moderno”, ele o era na medida em que estava determinado que a realidade deveria ser emancipada da “mão morta” de sua própria história (...) dissolvendo o que quer que persistisse no tempo e fosse infenso à sua passagem ou imune a seu fluxo. Essa intenção clamava, por sua vez, pela “profanação do sagrado”: pelo repúdio e destronamento do passado, e, antes e acima de tudo, da “tradição” – isto é, o sedimento do passado no presente; clamava pelo esmagamento da armadura protetora forjada de crenças e lealdades que permitiam que os sólidos resistissem à “liquefação” (BAUMAN, 2000/2001 *apud* SILVA *et al.*, 2015)*

“Ao colocar esse projeto em funcionamento, o homem defronta-se com uma realidade que se mostra sem a planificação social que as instituições tradicionais garantiam” (SILVA *et al.*, 2015, p. 252). Encena-se uma ordem social que “provocou uma divisão entre a vida individual e a vida política” (SILVA *et al.*, 2015, p. 253), permitindo e incentivando a

saída dos indivíduos de um campo público, desarticulando o sentido de coletividade e a gestão de projetos dessa natureza (SILVA *et al.*, 2015).

O indivíduo, ao se desvencilhar “dos tradicionais mecanismos de ordem social”; transita de “agente passivo para agente ativo”. É liberado – “sem amarras”, “por conta própria”. Desvinculado de uma perspectiva coletiva de projeto/ação, se torna condutor de suas políticas de vida, desprendido para operar livremente sua racionalidade – passa a ser o agente individual na tarefa de atribuir sentido à vida. É impelido e se impeli a protagonista de uma epopéia pessoal de “consumidor e gerador de sua própria renda”, responsável “por sua formação e sucesso”. O motivo e desejo da ação não é o consumo em seu âmago, este é “estratégia de individuação”, meio constituidor e expressão emanante do valor de uma entidade individual – constantemente relativizada às alteridades. Com a volatilidade do status e efemeridade das sensações; o trabalho, aquisição de bens/objetos e diversos consumíveis valoráveis tendem a se tornar dependências para o gozo da existência – aos indivíduos se instiga estados de inquietação, angústia e intenso movimento. (BAUMAN, *apud* SILVA *et al.*, 2015).

A motivação do antes posto, não obstante outras variáveis, é percebida na mecânica movida pela agência de indivíduos e agrupamentos humanos que em uma luta instintiva, se engajam em “competição sem fim”, promovem tanto rupturas quanto continuidade social, visando “a aquisição, o controle e a disputa por diversas espécies de poder” ou de “capitais” (WACQUANT, 2013, p. 89) que sejam capazes de atender suas ânsias, pelas quase sempre efêmeras sensações, advindas do deleite das “necessidades¹³” da espécie humana (MASLOW, 1943).

Este cenário contemporâneo, elucidado por Bauman, é experimentado pelas juventudes da RECM – com as relativizações ao nível do local e a peculiaridade de atores específicos. Ser jovem no seringal, é viver uma perspectiva inovadora e prenhe de incógnitas em relação as gerações anteriores. Viver a juventude no seringal é também estar diante da pulverização de elementos de sentido que um conjunto amplo de canais de significação lhe oferece. O jovem extrativista se conecta com a floresta, com os mitos de “seus velhos”; ao

13 Segundo Maslow, existem cinco principais grupos de necessidades humanas: 1º. fisiológicas, 2º. segurança, 3º. sociais, 4º. estima, 5º. auto realização. Estas obedecem a uma hierarquia, sendo o suprimento das primeiras necessárias para a busca de satisfação das posteriores.

tempo que se vincula a diversidades de ideias e proposições que transitam pelas cidades, pelos ramais, pelo rádio, televisão e as demais redes sociais. Construir-se sujeito, extrativista, seringueiro, rural, não é mais tão consequência do padrão familiar/comunitário; é cada vez mais resultado das identidades e significados disponíveis na sociedade geral.

O conceito de identidade é tema extensamente discutido na teoria social contemporânea (RAGGI, 2010). Para Silva (2000) “identidade é simplesmente aquilo que se é” (p. 1), e é construída pelo contraste com a diferença. “A identidade e a diferença (...) são criaturas (...) do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto das relações culturais e sociais”. (p. 2)

Para Hall (2000), segundo a concepção sociológica clássica:

[...] a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. (p. 11)

Ainda, segundo ele, neste processo contemporâneo:

[...] As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno. (...) A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (p. 7)

Como consequência, os sujeitos estão constituindo identidades cada vez mais fragmentadas, compostas não de uma única, mas de várias identidades. (HALL, 2000) González (2004) afirma que surge o que se convencionou denominar de “multilocalidad” ou “desterritorialización de la cultura”, ou seja, a possibilidade de desvincular parcialmente a relação entre identidade e território.

Identidades diversas e multifacetadas, “algumas vezes contraditórias ou mal resolvidas” (HALL, 2000, p. 12), compostas com elementos de origem externa ao tradicional, são fenômenos ocorrentes em diversas configurações em territórios tradicionais – como no seguinte caso: Uma matéria do Jornal “O Globo” de 05/12/2013, intitulada “Na terra de Chico Mendes borracha perde espaço para pecuária e motosserras” traz um depoimento que exemplifica essa condição. A transcrição é a seguinte:

[...] Durante curso recente de formação de lideranças no Acre, um jovem seringueiro foi convidado a expressar, em desenho, o que pensava sobre o futuro da Reserva Extrativista Chico Mendes (...). O rapaz, de uma comunidade tradicional da floresta, não hesitou: em traços rápidos, desenhou um prédio.

Na perspectiva de Bauman, as identidades têm se constituído como estabilizações temporais relativamente voláteis. Há abundante e variada disponibilidade, oferta e imposição de elementos de significação de si e do mundo; que, interagem com a racionalidade e a emoção, com a tradição e a conveniência, atualizando a perspectiva dos indivíduos. Assim,

[...] a identidade não possui mais a solidez de uma rocha, sendo negociável e revogável: as identidades flutuam no ar. Assim, ao invés da busca de uma forma estável de ser, no mundo contemporâneo, torna-se importante a capacidade de mudar de identidade de acordo com a necessidade e contexto de vida. (BAUMAN, 2004/2005, apud ALVES et al., 2015)

Para Bauman, “identificar-se com...” significa dar abrigo a um destino (...) Assim, talvez seja mais prudente portar identidades (...) como um manto leve e pronto a ser despedido a qualquer momento” (BAUMAN, 2004/2005, p. 36-37, apud ALVES et al., 2015, pag. 257)

A teoria, neste caso, descreve fenômenos em escala de análise ampliada – da sociedade global. No mosaico das Amazônias, a influência do contemporâneo tem produzido questões para as identidades que chamamos de tradicionais. No Acre, na região da RECM, por exemplo, Hoelle (2015) nos fala de duas identidades amazônicas – o colono e o seringueiro. Para ele, como no caso de outros grupos amazônicos, esses rótulos acreanos de identidade estão relacionados à origem destes grupos sociais, mas o critério chave é como usam as terras para ganhar a vida. “É uma identidade baseada na prática e modo de vida, que no caso das reservas extrativistas é institucionalizada através do sistema de posse da terra”. Para ele, esses rótulos, foram e são pensados para incorporar um rol de características, como a “dedicação à agricultura ou ao extrativismo florestal” e para a vivência em áreas de regime de posse diferenciados, como o projeto de assentamento e a reserva extrativista. E hoje, segundo ele, num contexto de mudanças culturais e de práticas, esses elementos caracterizadores tradicionais da identidade estão sendo questionados, relativizados por elementos relacionados a pecuária.

A questão anteriormente posta exemplifica crises e conflitos correlatos às mudan-

ças vivenciadas pelos moradores da RECM, com reflexos em várias relações – dentro dos grupos sociais, com alteridades, e com normas. O jovem extrativista se vê, e vê o mundo, com um conjunto grande de distinções em contraste com a visão de mundo e as práticas da geração anterior. A diversidade de identificações e possibilidades do contemporâneo desestabiliza parcialmente o indivíduo, ao mesmo tempo que o orienta; o mesmo tendo efeito sobre os mecanismos de ordenamento e controle dos coletivos, afetando também institucionalidades, como: associações, sindicatos, igrejas, adjuntos, festas, rituais comunitários, etc.

Processos semelhantes de mudanças culturais e identitária ocorrem em outras populações de povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, caiçaras, dentre outras categorias.

Estudando transformações culturais em territórios quilombola, Valentim (2011), pesquisou a transmissibilidade de conteúdo e memória social na construção da identidade social em 3 gerações de uma população de quilombolas residentes na região do Sapê, ao norte do Espírito Santo. Identificou-se que a geração mais jovem, que geralmente reside maior parte do tempo na cidade, estudando ou trabalhando, são bilíngues, compreendem os códigos da comunidade, mas não se diferenciam de qualquer estudante ou trabalhador das periferias. Quando perguntados sobre a sua identificação enquanto quilombola, percebe-se que “querem para si a positividade que a nomeação comporta, mas a vivenciam de modo distanciado e não a percebem como horizonte viável para suas subsistências”. Percebe-se um “afrouxamento na transmissão entre estes jovens e as gerações que os precederam”. (p. 306)

Percebendo o contraste e relatividade dos diversos olhares possíveis sobre os processos de reprodução social dos povos e comunidades chamadas “tradicionais”, parece oportuno citar os estudos de Cohn (2001). Pesquisando a infância e aprendizado entre o povo indígena Xikrin do Bacajá, no sentido de verificar como eles entendem a permanência e a mudança cultural, constatou que eles “preocupam-se muito com a perpetuação de sua cultura e com a continuidade de sua transmissão” (p. 39), mas que seu “sistema social” não é fechado; “ao contrário, ele mantém uma abertura para o exterior que realimenta con-

tinuamente as diferenças” (p. 40). Fazendo guerra, por exemplo, com outras populações indígenas ou com os “brancos”, eles se apropriavam de uma série de objetos, sementes, alimentos, cachorros para a caça, mulheres e crianças (e aceitavam as trocas culturais). Esses elementos de alteridades participaram de sua “constituição contínua”. Hoje, contatados desde a década de 50, não fazem mais guerra, e “uma rede ampliada de trocas permite que os Xikrin dêem seguimento ao seu processo de apropriação de bens do exterior”, através de diversas outras interfaces. Segundo a autora, “os Xikrin não são os únicos a nos fazer rever os conceitos de tradição e sobrevivência cultural” (p. 40), ela ainda cita dois outros povos e as nuances de seus processos de transformações culturais. Cohn, pertinentemente faz a seguinte citação de Sahlin (1997): “na luta contra o Leviatã moderno, a continuidade das culturas indígenas consiste nos modos específicos pelas quais elas se transformam” (p. 41). Cohn conclui seu trabalho afirmando que “não somos nós quem deve decidir qual a “cultura” que eles devem seguir, e muito menos como irão manter suas tradições. Afinal, parafraseando Goodoy, as culturas continuam mais que perduram” (p. 41).

Castelo (2016) abordou as mudanças nos modos de vida dos seringueiros de Xapuri - AC, na RECM, do período posterior à morte de Chico Mendes até os tempos atuais (2016). Segundo ele, houve importantes modificações nos modos de vida, algumas tradições sumiram, como o gosto pelo forró, que foi sendo substituído pela música sertaneja; e também permanências se registram, como a continuidade da prática de adjuntos, ou seja, a “ajuda mútua ente os seringueiros para a realização de alguma tarefa” (p.182). Um fator importante nas mudanças foi o rompimento com o isolamento, permitido pela abertura de ramais de acesso até as comunidades e às vezes até as colocações. Esse novo contexto encurtou distâncias e mudou as dinâmicas de fluxos de pessoas e cargas entre os seringais e a cidade de Xapuri; facilitou a expansão da educação e do desenvolvimento de políticas diversas – o que gerou diversidade de novos desejos, como o do transporte próprio. A energia elétrica (para uma minoria de famílias) e o uso de placas solares, geraram possibilidades na dinâmica de vida dos seringueiros, como a televisão. Com isso, o sono passou a chegar mais tarde, dados informam que onde não há energia elétrica os seringueiros vão dormir entorno das 20:00 horas enquanto onde a energia elétrica está instalada o horário de dormir é aproximadamente 23:00 horas. Infere-se que a televisão se relaciona com um con-

junto amplo de mudanças, como o desejo de coisas da cidade e do consumo de produtos industrializados “modernos”, por exemplo. A energia e o entretenimento que possibilitou, foi tomando lugar da tradicional “contação” de estórias para os menores, antes de dormir – o que vem levando ao desaparecimento de lendas e tradições, relacionadas com o mundo de significados e ética dos seringueiros antigos. Para satisfazer as novas necessidades percebidas e os desejos de consumo os seringueiros necessitam cada vez mais de acumulo de dinheiro. “Dinheiro que passou a ser obtido de forma rápida, principalmente através da criação de gado” (CASTELO, 2016, p. 188). Segundo o autor, há claramente uma forte integração entre a cidade de Xapuri e os moradores dos seringais; porém, se percebe que principalmente os mais velhos “mantém uma forte identificação de suas existências com o seringal e com suas colocações”, e que a cidade é identificada como um local “barulhento”, sem “oportunidade de trabalho”, “sufocante”, “quente”, “sem espaço”, local onde “se sentem presos”. Já para os mais jovens o desejo de morar na cidade é evidente; fenômeno que junto com as influências da televisão, é motivado pela maior oferta de “educação” em espaço urbano. Castelo (2016) ressalta outro importante fator na atração dos jovens pela cidade: o modelo de educação oferecido dentro da RESEX, apesar de ser possível atualmente fazer até o ensino médio nas comunidades, não integra a educação com o modo de vida dos moradores, não promovendo vínculos e conectividade dos seringueiros com suas colocações.

Hoelle (2015), estudando a ascensão da pecuária e da cultura do gado no Acre, abordou as relações entre práticas econômicas, mudanças culturais e identidades no caso dos seringueiros da RECM. Segundo ele, é importante recordar que até meados do século XX, as práticas dos seringueiros eram bastante restritas pelos seringalistas, e com o declínio da economia da borracha, muitos seringueiros incorporaram a prática da agricultura. Com a criação da Reserva Extrativista incorporaram também a castanha e o gado. Assim, as práticas são influenciadas por contextos e configurações de políticas. Para ele, “os ‘encontros’ com elementos de outros grupos culturais também podem produzir mudanças tanto nas percepções quanto nas práticas. Coletivamente, essa condição, tanto material quanto intangível, constitui campos de possibilidades que estruturam a ação dos indivíduos de maneiras específicas em tempos diferentes. Hoelle (2015) afirma que, longe de generalismos, inúmeros fatores são considerados nas decisões, tais como: reuniões, acidentes e

doenças, peculiaridades, a topografia de suas terras, sua idade e saúde, e mesmo o sexo ou a quantidade de seus filhos. As mudanças nas práticas econômicas têm efeito nas identidades dos seringueiros; mas são um processo de longo prazo, de adaptação a um novo ambiente. No contexto atual, os seringueiros, que tiveram seu modo de vida e identidades forjados numa histórica de existência baseada na floresta estão cedendo o controle de suas famílias e posses a uma geração que está menos ligada a formas anteriores de prática e identidade. Hoelle (2015) acha que as percepções culturais relacionadas à tradição seringueira continuam a orientá-los, até certo ponto; mas estas disposições são subsumidas por fatores estruturais que favorecem esmagadoramente a pecuária sobre os meios de subsistência florestal – assim, “muitos seringueiros preferem criar gado, o que lhes dá mais dinheiro com menos trabalho”.

As mudanças culturais vivenciadas especialmente pelas juventudes, e expressas em suas identidades e visão de mundo, se projetam especialmente nas suas ações sobre o território, transformando em alguns contextos o padrão de habitar e produção do espaço típico do seringueiro extrativista. No caso da RECM, mudanças na econômicas como: a queda da economia da borracha, a melhoria das condições logísticas, a fortalecimento de cadeia produtiva da pecuária no entrono, liquidez do produto, etc. tem criando um contexto em que o avanço da pecuária tem se constituído uma constante, gerando desmatamento e repercutindo também novos ciclos de mudanças culturais.

2.4. Cultura e produção do espaço habitado

“As dimensões sociais e culturais estão sempre presentes na definição dos ambientes” (MOSER, 1998, p. 1); pois o espaço projeta a imagem que a sociedade faz de si própria (FISHER, *et al.*, 1984).

Segundo a Psicologia Ambiental, há uma inter-relação dinâmica entre ambiente e indivíduo. Em um movimento, o homem percebe e reage ao ambiente, modificando-o em espaço habitado; num segundo movimento, este espaço habitado, reflexo das sociabilidades espacialmente ocorrentes, influencia o indivíduo modificando-o. Esse efeito reflexivo altera ambos no percurso do tempo (REFFATTI, 2001). Higuchi (2013) nos descreve tal

processo, referindo-se a Unidades de Conservação do Amazonas:

[...] a localidade manifesta, a partir da materialidade ali construída ou mantida, princípios organizacionais que juntam valores econômicos e políticos, os quais são vitais para uma análise das relações sociedade-ambiente. A produção material que se torna visível nos informa muito de como a vida ali se processa. (...). Intrínseca à estrutura física da comunidade, estão processos socioculturais que deram origem à sua construção, de tal forma que não é possível separar os aspectos materiais dos não materiais, pois um está contido no outro (p. 23)

Segundo Fisher (1984), o humano se apropria do espaço, estabelecendo relações de posse e apego. A expressão da apropriação é o estabelecimento de um modo particular de ocupar um espaço; porém, como o espaço construído impõe limitações, o processo de apropriação pode contrapor-se a elas, operando transformações. A força motora da contínua modelagem/remodelagem do espaço habitado é essencialmente cultural, com especial agência das identidades individuais.

Cultura, numa perspectiva evolucionista da natureza, considera as preferências humanas e suas frequências; assim, entende-se que o habitat humano, ao ser ocupado, é um nicho projetado pela cultura; logo, “os hábitos, as práticas e os costumes” têm “valor adaptativo”. Essa adaptação é induzida ou adquirida em resposta às condições de vida; e, ao se estabelecer em hábitos culturalmente reforçados, o efeito pode estabilizar outros hábitos, podendo constituir um novo estilo de vida. Assim, ao colonizar uma região, a persistência de ação e adaptação do humano afeta o desenvolvimento sociocultural de seus descendentes e a também a própria identidade cultural deles. (MAGALHÃES, 2013).

O lócus onde se desenvolvem estas diversas dinâmicas é o território. Segundo Raffestim (1993), este “é uma produção a partir do espaço (...) onde se projetou um trabalho, seja energia e informação” (p. 144), sendo resultado de uma ação de um ator sintagmático (ator que realiza um programa); (...) que, ao se “apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIM, 1993, p. 143).

A Reserva Extrativista Chico Mendes vivencia no avanço da pecuária um exemplo de processo transformador adaptativo, de modificação do padrão de apropriação e produção do espaço, que altera a habitação do espaço e a territorialidade, com reflexos no processo de reprodução cultural. Segundo o Diagnóstico Socioeconômico realizado em 2009, havia na RCM 21.286 animais declarados – uma média de 2,7 animais por morador ou

12,05 por unidade de ocupação; 11% das unidades de ocupação tinham rebanhos bovinos superiores aos limites estabelecidos pelos marcos legais daquele período (Base de Dados, RCM/ICMBio).

Para Cavalcanti et. al (2008), abordando o caso da Reserva Extrativista Chico Mendes, afirma que a pecuária apresenta uma série de condições favoráveis à sua expansão, e se constitui em trajetória natural para a pequena produção, motivando um crescimento natural da pressão pelo desmatamento. Já para Pantoja (2009), numa perspectiva do caso da Reserva Extrativista Alto Juruá, a pecuária é parte de um conjunto mais amplo de transformações em curso; e que também “é necessário retirar o excessivo foco que tem recebido a ‘pecuarização’ das Reservas, e contextualizá-la com um processo com múltiplas conexões”. (p. 127)

Segundo a vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Teles de Carvalho Cunha:

[...] Não dá para negar que muitos moradores da Resex desenvolvem pecuária e outras atividades consideradas ilegais, haja vista que o extrativismo entrou em declínio nos anos 1970, e em falência quase absoluta a partir da década de 90. (...) Os extrativistas do Acre foram obrigados a aderir a pecuária e outras atividades não extrativas por necessidade e não por desrespeito aos ideais de Chico Mendes. (...) Até porque, em nossa luta pela posse da terra, nunca definimos que o extrativismo seria nossa única atividade econômica. Foi e poderia continuar sendo se houvesse políticas com o incentivo devido. (CUNHA, 2013)

É importante reforçar que “em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo” (SOUZA, 2003, p. 108). Assim, além da dimensão cultural, a existência humana só pode ser mantida pelo meio como suas populações transformam a natureza em elementos capazes de satisfazer suas necessidades e garantir sua reprodução; a relação “homem-meio” é então uma relação de trabalho social, ligado ao econômico, que produz um conjunto de cristalizações na organização social e no espaço (CAMACHO, 2010). Vargas (2009) apresenta na transcrição seguinte expressão da articulação entre necessidades econômicas, produção do espaço e geração de cultura:

[...] En las sociedades modernas, los actores sociales han vivido el territorio como un producto, un campo de acción y se han situado en él, sobre todo a partir de su utilización y producción económica; así mismo, el territorio es identificado como substrato y regenerador de la cultura, sobre el que se insertan las dimensiones

Assim, a pecuária, ao se instalar nesse habitat através da adaptação ecológica às mudanças nas oportunidades e necessidades das populações, influi na reelaboração das identidades, da dimensão cultural, e conseqüentemente dos padrões de apropriação e produção do espaço habitado; de modo que, em proporção escalonar à sua expansão, amplia no território sua importância cultural, aumentando sua força de reprodução.

2.5. Personalidade e “nós” culturais estruturantes do modelo de Reservas Extrativistas

Mudanças na cultura e nos padrões de percepção/produção do espaço, no processo de reprodução social de populações tradicionais, têm friccionado a reprodução empírica do modelo de Reserva Extrativista – no caso da RCM. Entende-se que: a utilização de marcadores de natureza cultural no arquétipo das Reservas Extrativistas, tornaram esta figura de ordenamento jurídico legal de ocupação humana frágil frente a descaracterizações tendentes nos processos sociais contemporâneos.

Ainda, é importante saber que a “categoria de população tradicional foi criada pela sociedade ocidental para classificar indivíduos que em outro momento não se viam de tal forma” (CANETE, 2010, p. 14).

Descrevendo tal entendimento, evoca-se as ideias sobre identidade de Bauman. Alegoricamente, para fins de representação, pensemos numa pessoa: nas roupas que ela gosta de vestir (identidade); no emprego que ela tem (práticas e dimensão econômica); como ela gosta de viver (modo de vida), e no lugar onde ela mora (espaço habitado e território).

Assim, o estilo das “roupas” foi desenhado num processo de disputas políticas entorno do reconhecimento de direitos dos seringueiros no Acre pelos territórios que ocupavam. Quando se logrou “ganho da causa”, diversas populações congêneres se auto identificaram com a idealização dos seringueiros, adotando o mesmo caminho político, com o objetivo da mesma jurisprudência - o reconhecimento da posse de seus territórios através das Reservas Extrativistas. Assim se articulou uma categoria, não mais aquela das ciên-

cias sociais, descrita, mas política – agente, interativa e dinâmica no tempo-espaço. Cunha (2001) trazem uma conceituação de populações tradicionais nesta perspectiva política, como sendo:

[...]grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (por meios práticos e simbólicos) identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto; formas equitativas de organização social; presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (p.52)

Apesar do Decreto Nº 98.897, de 1990, que institui as Reservas Extrativistas, se referir a “população extrativista”, e a Lei Nº 9.985, de 2000, que institui o SNUC, se referir a “populações tradicionais”; a definição para esta categoria se instituiu legalmente apenas em 2007, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, através do Decreto Nº 6.040.

Acontece que, o conceito de “povos e comunidades tradicionais”, ao se estabelecer legalmente na PNPCT, expressa uma formulação teórica balizada por marcadores descritivos de fenômenos socioculturais correntes no tempo e circunscritos em espaços caracterizados por contextos que os estabilizavam. Com estas marcas, sua composição é essencialmente cultural, e a manutenção de suas características depende de uma “gravidade” de condições culturais e conjunturais. Embora, praticamente toda significação humana seja cultura, a cultura daquelas populações, nas interfaces com os fluxos densos, voláteis, flexíveis e altamente dinâmicos do contemporâneo sofrem a ação de conjuntos de outras populações e culturas que são dominantes, caracteristicamente colonizadoras – cultural, política, econômica e ideologicamente.

Observando os jovens das diversas comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes nos últimos 7 anos, percebe-se que, no decorrer do tempo, aqueles “grupos culturalmente diferenciados” já não são ou não desejam ser tão diferenciados; as “formas próprias de organização” já tendem a rearranjos e vão passando da coletividade a individualização; as formas de utilização dos “territórios e recursos naturais” são comprimidas a se transformarem em espelho dos arranjos econômicos postos externamente; a transmissão da tradição tende a sofrer interferências de diversas vozes do sistema mundial. Nestes termos, os jovens parecem não gostar mais daquela roupa antiga, diferente, “criada pela

sociedade ocidental” para vesti-los. Parece que eles querem vestir outras roupas e serem reconhecidos como iguais ao invés de diferentes; e serem diferentes quando decidirem ser. Querem ser respeitados nas duas liberdades, de ser igual e de ser diferente.

Ao definir Reserva Extrativista como “área utilizada por populações extrativistas tradicionais”, a legislação define o perfil de quem deve ser beneficiado com essa tipologia legal de modo de uso e ocupação do espaço. Essa definição legal é útil e necessária, clarifica a política voltada para um público específico e a auto identificação de populações que desejam requerer direitos correlatos. Porém, ao tempo que isto ocorre, ela delinea um perfil de sujeito residente que deve caracterizar-se por uma identidade que se diz: “extrativistas tradicionais”.

A identidade daquele que recepciona o direito de beneficiário de uma Reserva Extrativista, num tempo histórico, pode contrastar com a identidade vivida a posteriori pelas gerações subsequentes, impregnada de customizações. Assim, o indivíduo que teve o direito de posse reconhecido, na condição de sua tradicionalidade, talvez não queira ou não possa mais praticar o extrativismo (ser “extrativista”), ou talvez tenha rompido com parte significativa das tradições, não se reconhecendo mais no espelho do “tradicional”. Mas ele ainda é habitante de seu território e ainda é específico e diferencial, como todo grupo humano. Nesse contexto, a identidade pode ser moralmente “constrangida” e por vezes legalmente cerceada pelos institutos legais – o que traz conseqüentemente conflitos.

Na adaptação ecológica ao contexto contemporâneo de condições ambientais, culturais e socioeconômicas, as populações de Reservas Extrativistas tenderiam a desenvolver novas preferências e modificar sua estrutura (MAGALHÃES, 2013); então, criar ou não criar gado, ampliar ou não pastagens, talvez não se conformasse numa questão/conflito individual/coletivo/legal – a não ser pela existência do instituto das Reservas Extrativistas. Então, como em outras configurações de habitats humanos, a adaptação natural é condicionada não só por mecanismos ecológicos e outros relacionados ao processo de reprodução, mas também pela existência do arcabouço legal relacionado a normatização do uso e ocupação da tipologia do habitat.

Quanto às práticas econômicas, a definição legal afirma que as Reservas Extrati-

vistas são áreas “cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte” (BRASIL, 2000, art. 18). Essas eram as práticas, “o emprego”, que se tinha na época que se pensou as Reservas Extrativistas, hoje se percebe outras práticas, outro mercado, outras tendências, outros desejos, etc. A dimensão econômica correlata à prática é dinâmica e se desenvolve dependente de variáveis diversas; então, não necessariamente “o mercado tem vagas para o mesmo emprego (extrativista), mesmo para alguém formado com uma vocação (possibilidades e conhecimento do manejo da floresta).

Os modos diferenciais como essas populações gostam de viver – de perceber, usar e ocupar o espaço, expressos nos conceitos legais através de trechos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais” (BRASIL, 2000, art. 18), e “que possuem formas próprias de organização social” (BRASIL, 2000, art. 18), também são condições existentes numa dimensão cultural, que é sobremodo dinâmica no contemporâneo. E, o território destas populações, seus “meios de vida” são vivenciados com continuidades e ressignificações, mas também com inovações e rupturas.

Colocando em contraste o arcabouço legal aqui apresentado com a realidade empírica da reprodução social destas populações, percebe-se que há necessidade de que os mecanismos legais e de gestão garantam a conservação cultural destes grupos sociais nos “tempos” em que esta seja a expressão da vontade deles; ao passo que, sejam abertos e dinâmicos para expressar as transformações culturais ocorrentes no âmbito daquelas populações, reformando os elementos normativos relacionados a esse aspecto. A conservação cultural é então, eticamente, um objeto de interesse das populações não do Estado ou de outros coletivos. Nesta perspectiva há de se refletir a necessidade de descolar o excessivo uso de marcadores culturais atrelados à modelagem, implementação e gestão das Reservas Extrativistas.

2.6. Sujeito, alteridades e significação do “mundo”

[...] Tem algumas comunidades que ainda consegue se manter, né, com aquela organização comunitária, com aquela com representação formal; e outras que se fragilizaram, onde não tem aquelas pessoas que não tem o sangue do movimento, que acreditam no processo de organização, então essas comunidades estão fragilizadas. Porque também a gente não consegue visitar, então se fragilizam muito mais. As que estão mais resistentes são aquelas das pessoas que ajudaram no processo de criação da Reserva que conhece toda a discussão política da fundação. Então essas comunidades conseguem se manter e conseguem parceria pra tocar. (CALDAS, 2017)

A fala acima de Luiza Carlota, Presidente da AMOPREBE, apresenta um fator diferencial no desenvolvimento de comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes – a liderança comunitária. Geralmente essa figura é um ancião que viveu o período anterior à criação da Reserva, integrou o movimento seringueiro, participou da idealização das Reservas Extrativistas e da implementação da Reserva Extrativista Chico Mendes. Percebe-se que esses indivíduos, ao passo que portam consigo uma rede de significados relacionados ao “ser” e “viver” numa Reserva Extrativista, se engajam em processos de transmissão de sua visão de mundo para as gerações subsequentes, e da aplicação desta na “vida” comunitária atual.

O papel desempenhado por lideranças comunitárias é aqui entendido como de produtor/reprodutor de significação; estes, relacionados a uma visão de mundo afeta à tradição e ao projeto de Reservas Extrativistas. Percebe-se que outras agências também interagem com os moradores exercendo funcionalidades similares, como por exemplo: rádios, canais de televisão, ONGs, governos, representantes comerciais, vizinhos de projetos de assentamento, professores, agentes de extensão rural, sindicatos, políticos, etc.

A sustentabilidade do modelo de Reservas Extrativistas no tempo requer “mecânica” de reprodução de seus significados caracterizantes nas dinâmicas dialógicas entre os sujeitos “tradicionais” e outras alteridades.

Sujeito, segundo Dayrell (2003), se referindo ao conceito de sujeito de Charlot (2000), é um humano que possui uma historicidade, portador de desejos e movido por eles, e está em relação com outros humanos que também estão em igual condição de sujeitos. É um “ser social”, singular, com uma origem e história, que ocupa um lugar social, interpreta

o mundo e dá sentido a ele, assim como dá sentido à posição que ocupa no mundo e às suas relações com alteridades. O sujeito é um ser ativo, “age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere” (p. 43).

A noção de alteridade é aqui entendida como relativa às “relações com outrem”; e os significados, são aqui compreendidos como uma “zona mais estável dos sentidos”, que apesar de consistirem relativa estabilidade, por serem social e historicamente produzidos, também são mutáveis. E, o que nos parece central neste tema, é que, o que “move os significados e determina seu desenvolvimento é a cooperação entre consciências.” (VYGOTSKI, 1996 *apud* ZANELLA, 2005, p. 103).

Na perspectiva de Vygotski, segundo Zanella (2005), a relação com um outro é edificadora do próprio sujeito, a tal ponto que, mesmo a sós consigo mesmo, o sujeito segue interagindo com os conteúdos oriundos de alteridades. O sujeito assim, se posiciona como ouvinte e porta voz de muitos outros sujeitos; se inscrevendo num processo histórico, do qual é herdeiro e sucessor, não se constituindo totalmente livre, mas capturado por sua condição.

Na constituição dos sujeitos e grupos objetos desta pesquisa nos importa os processos de composição e as características dos mecanismos de significação das populações, e sua relação com a reprodução de um modo Reserva Extrativista de “ser” e “viver”. Nesse capítulo, vamos tratar esse componente como ideologia, que transita através do discurso numa mecânica observada do ethos conformando processos dialógicos de constituição de sistemas de significação e ação.

2.7. Discursos e ideologias

*[...] Somos viajantes em um mundo com o qual estamos em permanente diálogo.
(ZANELLA, 2005)*

A ideologia, ao mesmo tempo em que é instrumento natural de reprodução social, pode ser artífice de colonização e dominação; a ela estão acopladas intencionalidades inconscientes e conscientes de subjetividades e coletividades. Em qualquer sociedade, a ideologia assegura a ordem social enquanto ordem simbólica, através da constituição de

crenças que significam o mundo, se refletindo em “normas, padrões costumes, instituições” que são naturalizadas ao tempo que são estabelecidas. Esse processo cultural de todo sistema de sociedade humana, funciona como “cimento social” ente gerações. Suas características isolam o imediato “perigo da tomada de consciência pelos sujeitos do caráter convencional da cultura” (SOUSA FILHO, 2003, p. 215) e da sua ordem, funcionando como instância arbitrária. Sua mecanicidade tem caráter de “expressão social”, que sucede enquanto fenômeno de cultura, “da ordem de um acontecer anônimo, involuntário, impessoal” (SOUSA FILHO, 2003, p. 211). Sua gênese e função se associam a “aflição” de toda ordem social em se preservar como ordem (SOUSA FILHO, 2003).

Embora se concorde que a ideologia tenha uma mecânica fluida e contínua na reprodução das sociedades, entende-se que no caso das populações da Reserva Extrativista Chico Mendes sua constituição contemporânea é um processo no qual participam diversas alteridades não implicadas em sucessões geracionais anteriores, resultando em significativas mudanças culturais. A ideologia assume neste caso, além da manutenção da ordem social, funcionalidade que possibilita a ação colonizadora por outras alteridades, voluntária ou involuntariamente, e logo interferente na continuidade do ordenamento simbólico representativo das comunidades.

A ideologia assim, também se constitui como ferramenta que oportuniza o exercício de poder entre indivíduos, grupos e sociedades, utilizável em contextos de disputas, nos quais os atores envolvidos podem transfigurar “relações de força” em “relações de sentido” (SOUSA FILHO, 2003, p. 215).

É importante perceber que, ao se converter em uma estrutura, que mantém sua forma através de gravidade ideológica, a cultura impregna “desaparece como convenção histórica e socialmente construída” (SOUSA FILHO, 2003, p. 05) e se forma “realidade” óbvia e “natural”. Nestes termos, se dá a alienação, uma vez que, os sujeitos se vinculam a um conjunto de convenções que ignoram “a origem e o destino”. A ideologia se constitui, por tanto, num modo de se estar naturalmente em “dominação”; através de mecanismos simbólicos, de significação e representação, cotidianamente espontâneos, coletivos e impessoais (SOUSA FILHO, 2003).

Embora toda natureza ocupada pela ação humana esteja impregnada de uma ideologia e comunique suas intencionalidades (seja o território, a habitação, os utensílios, a alimentação, etc.); a linguagem é seu principal veículo, se constituindo em discurso. (SOUZA FILHO, 2003)

Ao produzir o discurso, o indivíduo é ao mesmo tempo impelido e interpelado pelo sujeito ideologizado, para que se produza a linguagem – em contextos de intencionalidades típicas dos processos sociais. Ou seja, “se não há ideologia, não há sujeito; se não há sujeito, não há discurso” (CRISTÓVÃO, 2010, p. 18). O indivíduo, portanto, fala ao mesmo tempo do passado e do presente, em diversas temporalidades; do e com o mundo exterior especializado, a partir da ideológica interiorizada nos sujeitos.

É assim o discurso, no nível mais reduzido, expressão de um sujeito. Segundo Lacan, o sujeito se divide entre consciente e inconsciente. Para ele o inconsciente funciona como “uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre sob as palavras outras palavras” (MUSSALIM, 2004, *apud* CRISTÓVÃO, 2010, p. 19). É no e através do inconsciente que emanam os discursos de “outros”; que estão impregnados no sujeito e na identidade; assim, quando o sujeito fala, seu discurso está impregnado desses outros e é uma representação dessas alteridades pretéritas. Quando se escutam um jovem falar sobre seu futuro, se escuta vozes diversas... Há um diálogo contínuo entre o sujeito e seus objetos internos.

Ao emanar um discurso através da linguagem o sujeito está agindo no mundo, nas alteridades, se objetivando voluntaria ou involuntariamente em produzir e legitimar significados, disposições, modos de vida, práticas sociais, etc., ou seja, a “realidade” numa perspectiva presente – incluindo efeitos, presumidos ou não, no percurso histórico da reprodução social.

Dividindo a análise em duas dimensões temporais, o indivíduo, no nosso caso os jovens, são sujeitos constituídos por discursos de alteridades pretéritas, ao mesmo tempo em que se engajam na produção de discurso que se relaciona com o presente e o futuro de si mesmos e das comunidades. Neste ponto de vista, o foco desse trabalho é de duplo fluxo: 1º. Perceber o discurso dos jovens como representante das ações tendentes desta

geração de jovens, logo, indicador de cenários; 2º Perceber o discurso como vozes de alteridades que se propõe a identificar e caracterizar.

Nesta circunstância as Reservas Extrativistas são abordadas como estruturas ideológicas, que transitam e se reproduzem no tempo por:

a) aspectos materializados que comunicam significados, como as leis, normatizações, demarcações, placas de sinalização, camisas, fotos, etc.

b) aspectos relacionais aos elementos discursivos emanados por sujeitos, em processo dialógico entre alteridades.

Acontece que, toda a conjunção cultural que foi descrita nos conceitos de “povos e comunidades tradicionais” e “Reservas Extrativistas”, ao ser transportada para institucionalidades se descolaram de suas características de processos culturais “naturalmente” ocorrentes – onde adaptações e mudanças culturais são ciclos de consequências do vivido.

Neste enquadramento, um conjunto cultural caracterizante destes grupos sociais como populações tradicionais deixa de ser ocasional, “natural”, ocorrente, para assumir uma necessidade legal de reprodução de seu conjunto lógico original na figura institucional das Reservas Extrativistas. Essa necessidade de reprodução exige:

1º) a manutenção de um conjunto de condições do meio que a torne viável – dependente principalmente de políticas, quase sempre ofertadas pelo Estado, que viabilizem:

a) produção florestal e extrativa;

b) gestão territorial que garanta a manutenção do arcabouço normativo e de ordenamento territorial;

c) controle ambiental que garanta a conservação ambiental no uso;

d) controle do sistema de posse que garanta a integridade fundiária do modelo de ocupação apenas por beneficiários, etc.

Neste contexto, o “ser” e “estar” Reserva Extrativista se desvincula de sua condição cultural fundante e passa a ser fundamentador de um modo de vida.

2º) portadores discursivos de ideologias que promovam a manutenção de uma visão de mundo coletiva que aborda o espaço e o viver numa concepção de Reserva Extrativista. Ao ser capturado da naturalidade de sua disposição cultural, o conjunto institucionalizado nas Reservas Extrativistas passa a exigir a indução de sua reprodução através de veículos discursivos e relações entre alteridades. Percebem-se dois fluxos neste processo:

a) um conjunto de atores sociais – ONGs, governos, movimento social, órgãos gestores, grupos políticos, etc. se empreendem em movimentos sociais com poder de produção de discursos – motivados por um conjunto de pressupostos éticos, políti-

cos e legais;

b) lideranças históricas do processo de criação das Reservas Extrativistas, lideranças comunitárias, anciãos, sindicatos, associações de moradores também se empenham na produção de discursos – motivados também por pressupostos éticos, morais, políticos e legais.

Assim, a reprodução social destas “populações tradicionais” se descola da “naturalidade” dos processos de reprodução cultural que originaram suas condições; e, se vincula a necessidade de produção artificializada de uma gravidade cultural e de um conjunto de condicionantes.

As identidades também passam a ser motivadas aos sujeitos e propostas por alteridades; estão quase sempre sendo exigidas por diversos atores que abordam as populações com presunções e expectativas correlatas à categorização delas como “povos e comunidades tradicionais” – estas relações ocorrem envoltas em aspectos morais e normativos que operam cerceamento e vigilância.

Nesse panorama, procuramos entender as “mecânicas” do trânsito ideológico, através de abordagens sobre as dinâmicas do discurso na relação intersubjetiva que produz e reproduz não só ideologia e visão de mundo, mas relações políticas e de poder.

2.8. Ethos e dialogismos – uma “mecânica”

[...] Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. (AMOSSY, 2005, p. 9)

O ethos aqui é apropriado como método de interação que opera a constituição de significação e ideologias, na perspectiva dos “hábitos locucionais” partilhados pelos membros das comunidades analisadas (SILVEIRA, 2014) e das interações discursivas por elas vivenciadas com alteridades diversas no seu percurso histórico (a partir da criação da Reserva Extrativista).

A noção de ethos surge com a antiga Retórica de Aristóteles, como sendo a imagem que o orador cria e apresenta de si; que enuncia no intento de convencer o auditório, mas que não necessariamente corresponde a identidade dele (FIORINDO, 2012). É como se “a maneira de dizer” fosse de tal modo importante que condicionasse a boa realização do projeto oratório. Resumindo-se numa “arte de persuadir” (AMOSSY, 2015).

“Privilegiando o emprego do enunciado”, diferentes campos teóricos se reencontram hoje com a Retórica (AMOSSY, 2015), oferecendo releituras e desenvolvimentos, em especial vamos nos respaldar em Maingueneau (2008).

No ethos, parte-se da ideia de que, ao emitir a palavra, o enunciador instrumentaliza sua emissão através de um conjunto de artifícios. A finalidade é ativar no destinatário uma imagem, um retrato, uma representação que se propõe de si mesmo e da propositura veiculada (MAINGUENEAU, 2008). É um processo que o enunciador controla pela aparência; à medida que lhe confere “a cadência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos...” (DUCROT 1984, p. 201, *apud* MAINGUENEAU, 2008, p. 14); todos signos, de elocução e de oratória, indumentários e simbólicos, pelos quais o orador dá de si mesmo uma imagem psicológica e sociológica” (DECLERCQ, 1992, p. 48, *apud* MAINGUENEAU, 2008, p. 14). Através desse esforço o enunciador encena, buscando lograr confiança, aproximação, aceitação, assimilação, adesão, concordância, etc.

Porém, o ethos não pode “ignorar que o público constrói também representações do ethos do enunciador antes mesmo que ele fale” (MAINGUENEAU, 2008, p. 15). Daí considera-se que o ethos percebido se conforma no contraste entre o ethos discursivo (da enunciação), e um outro – o pré-discursivo (MAINGUENEAU, 2015). Assim, o co-enunciador interpreta o enunciado num “conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva e negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar” (MAINGUENEAU, 2015, p. 18), ou ratificar – produzindo o ethos percebido. Então, o ethos visado então nem sempre se confunde com o ethos produzido.

O enunciador, ao presumir o ethos pre-discursivo do co-enunciador, é tendente a se referenciar aos seus códigos, signos e representações, considerando e especulando as respectivas valorações. Assim, o ethos é sobretudo uma relação, de caráter mecânico-social. Se passa em uma cena, numa situação de comunicação precisa, histórica e espacialmente referenciada. Esse caráter sócio-discursivo da conjuntura implica que lá estão envolvidos sujeitos diversos, intencionalidades, desejos e forças que movem fluxos na linha histórica, visões de mundo, ideologias, etc. O ethos se insere também nas relações de poder, e se constitui numa “maneira de se mover no espaço social”. E, é sobretudo um método

de influência sobre e com o outro. (SILVEIRA, 2014)

Entender a dinâmica do ethos e sua instrumentalidade ampara a compreensão das estratégias e relações dos sujeitos e atores sociais na reelaboração continuada das significações relacionadas a “ideia” de Reserva Extrativista; e o status desta, enquanto institucionalidade reconhecida e legitimada por estes grupos sociais para modelar suas dinâmicas reprodutivas. Isto, no caso da RECM, ocorre num cenário acirrado de disputas políticas, constituindo-se o desmatamento e a pecuária como centros gravitacionais dos ethos discursos e das disputas por significação, que fundamentem socialmente as agências não alinhadas aos objetivos de criação das RESEX. Isso ocorre, num cenário socioeconômico em que o desmatamento e a implantação da pecuária na RECM são uma oportunidade econômica; e em que o Estado não se mostra eficaz na implementação de estratégias de gestão do processo.

A mecânica do ethos, “ao se revelar um processo dinâmico, dialético, marcado pela relação de interface entre o social e o individual” (SILVEIRA, 2014, p. 20); pode ser uma ferramenta metodológica para abordar fenômenos de dinâmica identitária e cultural.

Seguindo nosso caminho analítico, parece adequado visitar a noção de Dialogismo, presente em Bakitin. Ele concebia que a linguagem “deveria ser vista como uma realidade definidora da própria condição humana” (PIRES, 2002, p. 36). A linguagem é “uma prática social cotidiana”; se desenrola numa cena social, espacialmente localizada, e se produz a partir da experiência da interação sujeito/alteridades. Caracteristicamente porta ideologias, pois é carregada de valores culturais que podem promover tanto o conflito quanto a cooperação. Bakitin (1929 *apud* PIRES, 2002) afirmava que:

[...] Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. (p. 38)

Para Bakitin, viver significava participar de um diálogo, uma relação dialógica da qual a linguagem é um dos principais artifícios de relação com o outro. Então, quando um sujeito enuncia, ele se lança em um elo conectivo com outro sujeito (ou coletivos), colocando em sintonia não só sujeitos, mas redes de significação (temporal e espacialmente dispersas), mediante as quais no processo dialógico se constituem mutuamente.

Os sujeitos partícipes da cena enunciativa não são a origem do seu enunciado, mas se prestarmos atenção escutaremos palavras “ocultas, ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade” (BAKITIN, 1979, p. 314/318 *apud* PIRES, 2003, p. 42) É assim o discurso, uma emanção de coletivos.

O sujeito visto através de Bakitin é “histórico e ideológico”, solidário e portador de vozes sociais diversas. Percebe-se então que o pensamento deste nasce do pensamento de “uns” outros; nas vozes deste ecoam palavras de outros. Há de se falar então que “eu só pode se realizar no discurso, apoiando-se em nós” (BAKITIN, 1926, p. 192 *apud* PIRES, 2002, p. 41). Porém, há de se falar também, que o sujeito não só reproduz as vozes alteras, mas se aconselha com elas, para constituir-se – sua expressividade, seu tom valorativo... Assimila, se reestrutura, se modifica, etc.

O discurso não é como flecha lançada ao vazio; tem um destinatário que é conhecido, ao qual se relacionam signos, representações, comportamentos, opiniões, e se aborda com uma intencionalidade e customização presumidas necessárias. Configura-se então como um jogo, um “movimento, tentativa de transformação e mesmo subversão dos sentidos”. O enunciado é embalado na expectativa de uma resposta opinativa, de uma tomada de posição (concordância ou discordância) – é um processo que contem ativo, daí seu caráter “dialógico”.

Só se pode apreender o sentido de uma cena enunciativa se considerada no seu meio extra verbal. Para Bakitin esse meio era composto de três aspectos: 1. “o horizonte espacial - espaço e tempo - comum aos interlocutores”; 2. “o conhecimento e compreensão da situação, ou seja, o saber comum, o conteúdo temático partilhado”; e 3. “a avaliação (elemento axiológico) que manifesta a posição dos sujeitos frente à situação vivenciada.” (PIRES, 2002, p. 44)

Na dialogia, onde se move o discurso, a participação e experiência dos sujeitos na mesma unidade de “condições reais de vida” é o entrelaço para a solidariedade que possibilita a intersubjetividade verbal em “nós discursivo”.

Segundo AMORIM (2008), com objetivo de construir um instrumental que contribua para a análise de processos de desenvolvimento humano, a Psicologia do Desenvolvi-

mento, fundamentando-se em autores histórico-culturais, dentre os quais Bakitin, elaborou a perspectiva da Rede de Significações (RedSig). Nesta, teríamos que, os sujeitos estão imersos em uma “malha de elementos intrinsecamente inter-relacionados, os quais contemplam aspectos das pessoas em interação, dos contextos específicos e da matriz sócio-histórica” (AMORIM, 2008, p. 236); da interconectividade, interatividade e mutabilidade das relações entre esses elementos, “pessoa e ambiente transformam-se como partes inseparáveis dentro de um processo de mútua constituição” (AMORIM, 2008, p. 236)

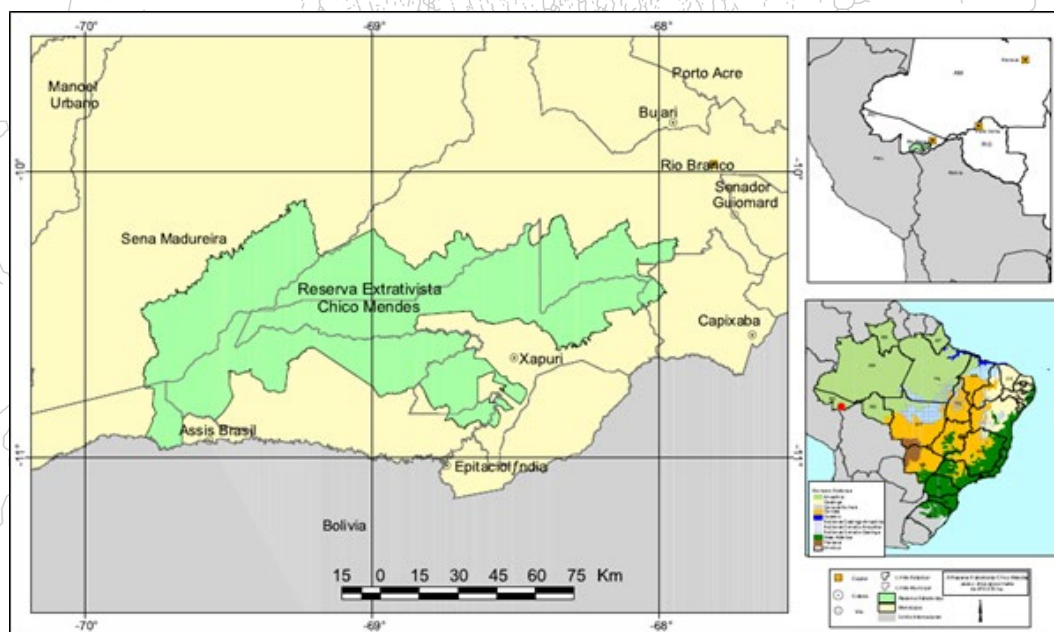
Assim, entender as transformações físico-espaciais, econômicas, e socioculturais vivenciadas especialmente pelos jovens da RECM no contemporâneo, nos ajuda a refletir sobre como e porque articulam elementos de dimensões físicas e de significados na constituição de suas estratégias de desenvolvimento e de como elas se relacionam com a “ideia” de Reserva Extrativista, no presente e com projeções para cenários futuros.

III - NOSSOS LUGARES, NOSSAS PESSOAS E AS FORMAS DE OS CONHECER

3.1. A Reserva Extrativista Chico Mendes

A Reserva Extrativista Chico Mendes se dispõe por 3 das 5 regiões do Estado do Acre, com área aproximada de 970.570 hectares, se estende pelos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri. Segundo cadastro censitário realizado em 2009, sua população era de 8666 moradores cadastrados. Sua estrutura é composta por 1.766 unidades de ocupação, contidas em 48 seringais. Possui Plano de Manejo, Plano de Utilização, Conselho Deliberativo, Cadastro de Moradores, e tem seu uso e ocupação concedidos a cinco Associações de Moradores, de acordo com a zona geopolítica, sendo: Assis Brasil - AMOPREAB, Brasiléia e Epitaciolândia – AMOPREBE, Xapuri – AMOPREX, Capixaba e Rio Branco – AMOPRECARB, Sena Madureira – AMOPRESEMA.

Figura 1. Mapa de localização da Reserva Extrativista Chico Mendes

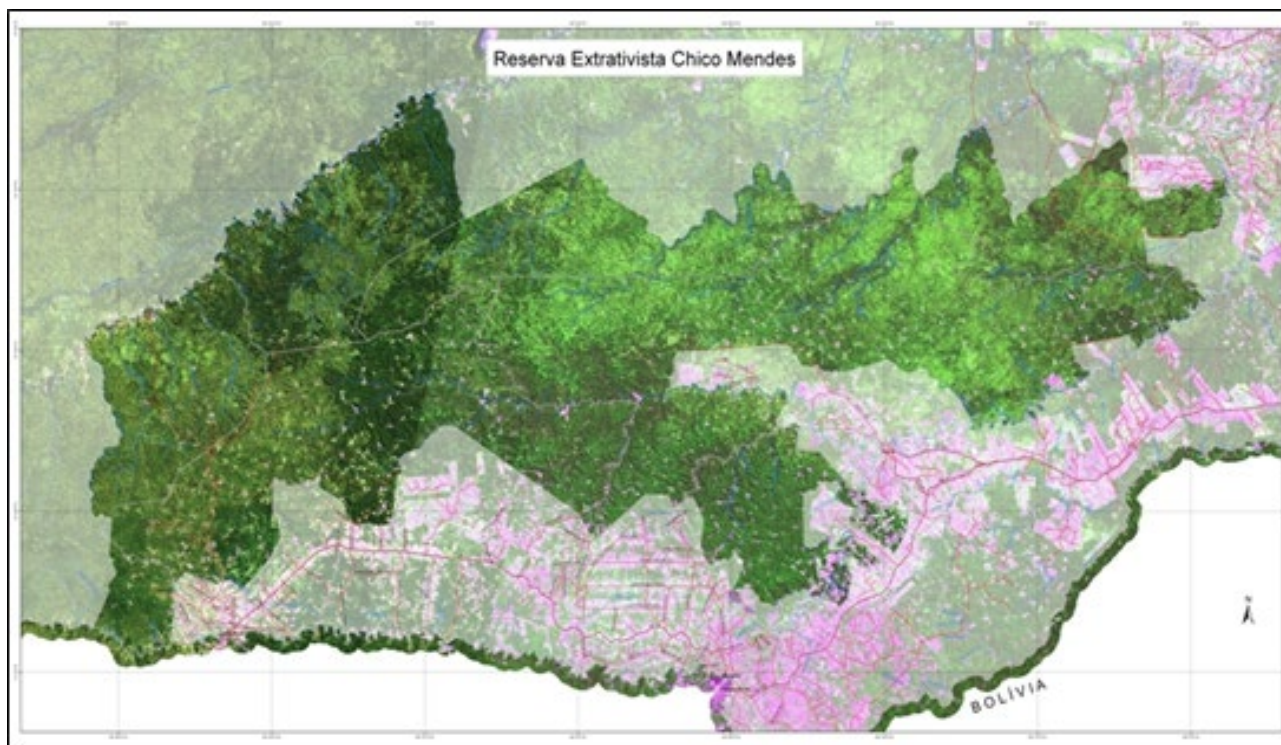


Fonte: IBAMA (2009)

O entorno imediato da Reserva Extrativista Chico Mendes é configurado pelas pressões de 7 formações urbanas, onde residem mais de 400 mil pessoas; e uma zona rural majoritariamente formada por projetos de assentamento e fazendas cuja atividade

econômica principal é a pecuária. Podemos ver o contraste da cobertura do solo no interior da RESEX e no entorno no seguinte mapa:

Figura 2. Representação do contraste entre a cobertura florestal do interior e entorno da RECM

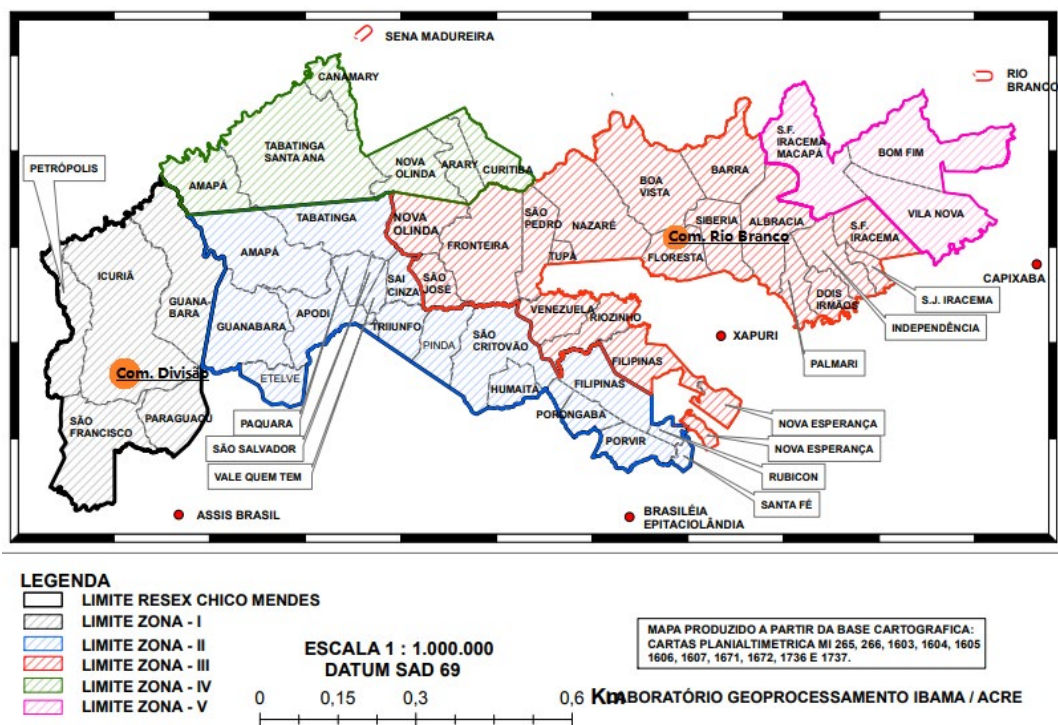


Fonte: IBAMA (2009)

3.2. Área do estudo: As comunidades Divisão e Rio Branco

Escolheu-se duas das 76 comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes – a Divisão, no Seringal Icuriã, município de Assis Brasil-AC; e a Rio Branco, no Seringal Floresta, no município de Xapuri-AC. O principal fator na escolha das comunidades foi um conjunto de similaridades, como: a distância e dinâmica de relação com nucleação urbana de porte similar, tamanho das comunidades, forma de ordenamento em colocações de seringa, características geopolíticas das comunidades dentro de seu contexto na RECM, etc. Também uma diferença fundamental foi considerada importante: a importância econômica percebida do extrativismo na composição da renda. Na Rio Branco a Castanha do Brasil é muito ocorrente, e o látex é extraído para abastecer a Fábrica de Preservativos Natex; já na Divisão não há ocorrência de castanhais, e o látex se extrai em ocasionalmente e por um número menor de famílias para a produção de Folha Defumada Líquida de Látex – FDL.

Figura 3. Representação da localização das comunidades Divisão e Rio Branco.



Fonte: IBAMA (2009)

As duas comunidades têm acesso por ramal em distância similar até os seus respectivos centros urbanos; que, exercem interatividade considerada alta com suas dinâmicas locais. Ambas as comunidades têm escolas equivalentes, sendo as principais de suas zonas geopolíticas no interior da RESEX. O perfil de ocupação espacial no modelo de colocações tradicionais de seringa, a configuração e as dinâmicas comunitárias também são similares. Têm relativa centralidade e protagonismo nos processos de tomada de decisão das suas zonas geopolíticas, abrigando quase sempre reuniões com várias comunidades relacionadas às suas respectivas associações concessionárias e outros atores sociais. Pela observação, nos últimos sete anos, percebe-se que ambas as comunidades são formadas por populações derivadas da origem social e prática de produção de borracha no sistema de seringais. Ambas comunidades têm dinâmicas de produção de agricultura de subsistência similares – através de roçados, mais voltados para a subsistência do que para a comercialização. À seguir apresenta-se algum detalhamento quanto as características das comunidades estudadas:

a) *A comunidade Rio Branco, no Seringal Floresta, no município de Xapuri*

Na comunidade Rio Branco, em Xapuri, há ocorrência significativa de castanhais e

significativa prática de coleta e quebra de Castanha do Brasil, sendo o produto principal na composição da renda das famílias. O corte de seringa, para a comercialização de látex para a Fábrica de Preservativos NATEX está ativo desde 2006, sendo significativo na composição da renda das famílias. O Manejo Florestal Madeireiro Comunitário, protagonizado pela associação de COOPERFLORESTA, Governo do Estado do Acre e AMOPREX esteve em discussão e processo na comunidade durante mais de uma década, e, em 2016 teve seu primeiro ciclo efetivado. Os resultados em termos de percepções e renda são controversos; mas, praticamente todas as famílias, com o objetivo de possibilitar o escoamento da madeira, através dos recursos do manejo madeireiro, conseguiram obter a abertura de ramais na floresta até a sede de suas colocações, o que também possibilitou que quase todas as famílias tivessem luz elétrica através do Programa Luz para Todos.

No processo de implementação da logística de escoamento da madeira manejada, o ramal central de acesso ao núcleo urbano de Xapuri também foi melhorado, com mecanismos de escoamento de água, e outras intervenções que o tornaram referência na região. As dinâmicas relacionadas à produção orientada para o espaço florestal têm sido fomentadas pela COOPERACRE, que além de ancorar a comercialização da castanha, desenvolve outras ações, como reflorestamento produtivo de espécies consorciadas de seringa, castanheira e frutíferas para produção de polpa. A pecuária, em termos gerais, se mostra estável dentro dos limites do Plano de Uso, com algumas exceções; porém não se apresenta com perceptível pressão de expansão.

A comunidade conta com estruturas comunitárias para produção de farinha, armazenagem de castanha, reuniões comunitárias e a Escola Municipal União. Um dos moradores da comunidade Rio Branco é um personagem conhecido como “Raimundão”, primo de Chico Mendes, figura participante do processo de criação e implementação da Reserva; e que, posteriormente se tornou o principal líder, assumindo protagonismo na representação dos seringueiros no Acre, participando da discussão de políticas e relação com diversas institucionalidades em amplitude maior que o espaço comunitário – mais ainda, que articula neste e para este expressão prática de uma visão de implementação de Reserva Extrativista que se apresenta como continuo das ideias da criação do modelo. Esse último fato, faz com que muitas políticas e ações que objetivam beneficiar a categoria dos seringueiros são

implementadas primeiro nesta comunidade, no sentido de reconhecer e torná-la referência para as demais; muito embora as mesmas políticas não cheguem sempre às demais 76 comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes.

b) A comunidade Divisão, no Seringal Icuriã, no município de Assis Brasil

Na comunidade Divisão, não há ocorrência de castanhais, diferentemente da área da Xapuri, na área de Assis Brasil a ocorrência da espécie é baixa e localizada em poucas áreas; o que, em relação comparativa com a comunidade Rio Branco, a comunidade da Divisão tem um decréscimo desta renda advinda do extrativismo. As ocupações, originadas no processo de produção da borracha, ainda têm estrutura de estradas de seringa similares às da comunidade Rio Branco; porém, a comunidade Divisão está muito distante da zona coberta pela Fábrica de Preservativos NATEX, o que impede que eles comercializem látex para aquela empresa. Porém, a comunidade tem a possibilidade de produzir FDL – Folha Defumada Líquida para a produção de solas de sapato pela empresa VEJA – através da AMOPREAB. No entanto, por vários motivos, poucas famílias ainda estão envolvidas. Isso faz com que a comunidade da Divisão também não tenha mais, como prática, o corte de seringa; e conseqüentemente em relação comparativa com a comunidade Rio Branco, a comunidade Divisão tem um decréscimo de renda advinda do extrativismo.

As discussões sobre o manejo madeireiro são ainda iniciais, não havendo nenhum projeto em implementação. A COOPERACRE, também atua nesta região, em proporção muito menos influente do que em outras áreas, já que o principal produto daquela central de cooperativas é a castanha, e nessa área não há esta produção. Todavia, estão implementando o mesmo projeto de reflorestamento produtivo de espécies consorciadas de seringa, castanheira e frutíferas para produção de polpa. A pecuária tem assumido protagonismo dentre as possibilidades produtivas e tem apresentado grande força de expansão nesta região; estando presente em vários elementos, diferentemente da comunidade Rio Branco; sendo este um fator considerável. A comunidade conta com a sede da Associação Concessionária – AMOPREAB; e tradicionalmente, as assembleias e outros eventos daquela zona geopolítica ocorrem naquela localidade. Assim como na comunidade Rio Branco, existe um ramal principal que permite acesso à comunidade Divisão, porém o solo desta região é

diferenciado, sendo conhecido como um dos ramais de pior trânsito na época das chuvas – neste período se torna quase intratável. As colocações, salvo algumas exceções, também não contam com ramais tratáveis até suas sedes; o que gera um contexto logístico mais difícil do que na comunidade de Xapuri. A energia elétrica está disponível apenas no ramal principal, servindo a escola e as colocações que o ramal principal corta.

A comunidade tem no ex-presidente da AMOPREAB e atual Coordenador Estadual do CNS, “Di Araújo” como uma figura simbólica; que também assume protagonismo nas discussões estaduais entorno da temática das Reservas Extrativistas e das populações extrativistas, porém, integrante de uma geração mais jovem de lideranças; seu papel apesar de relevante é distinto do exercido por “Raimundão”, sendo este último icônico e símbolo “guardião” de um legado de Chico Mendes. A implementação de políticas é diminuta nesta comunidade, se comparada com a comunidade Rio Branco, mas ainda é mais densa se comparada a outras comunidades da Reserva Extrativista.

3.3. Os métodos

Escolhidas as comunidades, conforme as características anteriormente citadas, foram realizadas oficinas participativas de aproximadamente 2 horas de duração, com estudantes do 2º ano do Ensino Médio, uma em cada uma das escolas das comunidades, nos Seringais Icuriã e Floresta, na RECM.

Cada um dos dois grupos de jovens envolvidos na pesquisa foi formado pelas turmas regulares de 2º. Ano do Ensino Médio, de cada uma das escolas. Participaram das oficinas os jovens que compareçam a aula no dia da coleta de dados, articulada em parceria com as escolas, sendo o número de participantes 14 na Rio Branco e 16 na Divisão.

Na oficina utilizou-se 3 perguntas orientadoras, para as quais os indivíduos produziram respostas individuais, dispostas em tarjetas, não se exigindo mínimo ou máximo de respostas.

As perguntas orientadoras foram as seguintes:

1. Cite 3 pontos positivos de se viver numa Reserva Extrativista?

2. Cite 3 pontos negativos de se viver numa Reserva Extrativista?

3. Como você imagina sua colocação no futuro?

As respostas apresentadas foram analisadas e formou-se aglomerados de citações, identificadas como grupos homogêneos de ideias. Estas foram objeto de contagem do número de ocorrências no universo da amostra, classificadas conforme questão e comunidade. (Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3)

Ainda, os participantes foram convidados a redigir uma redação, com o tema: “Meu projeto de vida para ser feliz”.

As redações foram analisadas pelo método de análise de conteúdo. (CAMPOS, 2004) Identificou-se no texto as ideias centrais de cada participante relacionadas a expectativas e cenários sobre seus “projetos de vida”. Percebeu-se nas redações que a estrutura de apresentada pelos participantes fazia referência constante ao local focal do projeto de vida (ou interior da RECM ou exterior), e quanto às práticas e profissões, relacionadas a economia individual e familiar. Diante dessa percepção, aglutinou-se os posicionamentos individuais no seguinte esquema classificatório:

1. Quanto a espaço focal dos projetos de vida, indica-se a orientação para o interior/comunidade (ficar) ou para o exterior/cidade (sair)?

2. Quanto aos que tendem a ficar, indicam práticas de uso e ocupação sustentáveis ou não?

3. Quanto ao conjunto, indica que os grupos sociais se reproduzem enquanto em conciliação com o projeto de Reservas Extrativista?

Na sequência realizou-se contagem de ocorrências e comparação dos resultados por contraste entre as duas comunidades. (Tabela 4)

IV - OS CENÁRIOS DE DUAS JUVENTUDES EXTRATIVISTAS AMAZÔNICAS

4.1. Dinâmicas do território “vivido” e a RESEX

A territorialidade, o modo de vida e as práticas vêm mudando acentuadamente no contexto dos “seringueiros” da Reserva Extrativista Chico Mendes. No seringal tradicional os varadouros eram os caminhos na floresta por onde transitavam pessoas e produtos, entre as colocações, até o barracão, e para fora do seringal – no sentido dos rios e até as cidades. Nos últimos 15 anos os varadouros foram se transformando em ramais, atualmente a maioria das 76 comunidades da Reserva tem acesso de veículo até seus núcleos, ligando as pessoas não mais até os rios, por onde escoava a borracha, mas principalmente até os centros urbanos de Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri – municípios em que residem 88% dos 8666 moradores cadastrados. Este cenário é bem retratado pelo veterano André Maciel, segundo ele o seringal mudou muito,

E, mudou muito até a questão de... as distâncias ficou as mesmas mas parece que ficou mais perto. (...) Tem caminho que é ruim... é... mas tem. Na outra época não tinha era de jeito nenhum. A gente, pra você ter uma ideia, eu moro no Seringal Apudi, na colocação Revolta, eu pra vir a Brasiléia e ter direito de passar um dia de Brasiléia, eu gastava uma semana. Hoje, se for possível eu saio 6 horas da manhã e 6 horas da tarde eu tô chegando em casa.

Francisca, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia nos apresenta um relato sobre esse processo:

[...] Em 2008 (...) nós chegamos com a máquina lá no seu Anacleto, que é o Ramal mais distante e mais longe, e aí agente chegou lá, eu não contei não, mais tinha mais de 200 cavalos. Então, o pessoal vinha todo mundo montado, porque ninguém tinha ramal, não tinha ponte, não tinha nada né. E aí depois foi mudando e hoje agente chega lá, talvez com a distância, com a situação que o ramal tá sem manutenção, mais as pessoas e a vida deles mudou muito e todo mundo já tem a sua motinha e você não vê mais animal é um a dois animal, igual aquele monte que tinha antes a gente não vê hoje. Numa reunião grande, que tem todo ano, das comunidades daquela região, a gente foi recente, e eram só motos, eu não contei não, mais foi igual aos cavalos, tinha pra mais de 200 motos, aí eram motos... carros aos montes... onde eles deixavam os animais amarrados nos pés de coisa lá no seu Anacleto, perto da Escola, já era as motos pra não pegar sol.

Essa nova configuração logística dinamizou os processos de mudanças, que ocorreram rapidamente impulsionados também pelo contexto regional, marcado pela ampliação

dos fluxos de integração com a Bolívia e Peru pela BR 317, que margeia a Reserva; e, pelo posicionamento da região como área de expansão da fronteira agrícola, com destaque para a pecuária. Neste mesmo período, as famílias vivenciaram transformações no seu contexto de vida e muitas reelaboraram suas estratégias de reprodução. A ampliação da capacidade de geração de renda e de investimento através da castanha do Brasil, da pecuária e de financiamentos é significativa nesse processo. André Maciel, liderança comunitária em uma região do município de Brasília, abundante em Castanha do Brasil, mas cujos seringais já não são mais manejados pelo contexto do mercado da borracha, nos conta um pouco do papel do gado no financiamento das estratégias familiares, segundo ele,

[...] o que o pessoal botaram na cabeça mesmo, que não existe coisa pra combater é o gado, a gente sabe disso (...) pra ter uma ideia... o pessoal, mesmo os veterano, que cortaram seringa, mas que inventaram de criar um gadinho (...) quando caíram um bucado e ficaram velho e vieram pra cidade... chegaram na cidade e tiveram condições de comprar uma casa, era os que criava gado. Os que não criava gado, nenhum... nenhum... lá na minha área... teve condições de comprar uma casa

Percebe-se que as estratégias de reprodução e a configuração das famílias tendem a novos arranjos. É muito comum que as famílias possuam ou manifestem sentir necessidade de ter uma casa na cidade – a maioria dos que tem casa na cidade possuem imóveis simples localizados em bairros periféricos e invasões, e alguns têm casas que podem ser consideradas residências de classe média local. Muitas famílias, com a migração de jovens para o núcleo urbano de referência desenvolveram arranjos fragmentados espacialmente e complementares, vivenciando simultaneamente a cidade e a colocação na Reserva – o uso de rendas diversas ajuda a família nas suas estratégias de investimento e reprodução. Geralmente os pais permanecem na colocação, junto com filhos que sentem afinidade com as atividades e modo de vida da localidade, enquanto outra parcela dos filhos migra para a cidade utilizando a casa urbana da família; e, em suas trajetórias de vida, entre períodos de estudo e trabalho, interagem também com a colocação e comunidade, principalmente em fins de semana ou períodos sem vínculos laborais ou férias – porém estes tendem a se estabelecer em área urbana. A casa da cidade também é vista por algumas famílias como possível local para o envelhecimento dos pais na maturidade, que em muitos casos migram para a cidade quando estão em idade avançada. Essa configuração é facilitada pelos ramos e pela ampliação da renda, que possibilita o transporte particular, fazendo da moto um

símbolo de orgulho, liberdade e bem básico dos moradores da Reserva.

A participação dos jovens extrativistas nos sistemas lógicos de desenvolvimento e ascensão individual propostos pela sociedade nacional, como a escola tradicional padrão presente nas comunidades, têm levado os jovens a buscarem trajetórias baseadas na escolarização, sobretudo focada na educação superior, e o alcance de vínculos de “trabalho”. Nesse contexto, a migração para as urbanidades de referência na região são tendências, como nos relata Luiza Carlota, presidente da AMOPREBE:

[O jovem] tem mais vindo para cidade. Porque a gente não tem incentivo pra apoiar a permanência do jovem na unidade. (...) Tem muita coisa que atrai [o jovem], principalmente a educação, né... Como na Reserva ele só consegue fazer até o Ensino Médio, e eles são direcionados para pessoa... [ir para o] trabalho urbano... A educação já vem direcionado nesse sentido, então eles procuram mais a cidade. E a questão também do lazer... porque são jovens, e na cidade tem muitas opções, a procura do emprego, o salário próprio... e aí fazem com que eles migrem da Reserva para a cidade.

Alexandre Maciel, jovem liderança, membro da diretoria do CNS do Estado do Acre, nos fala sobre elementos de atração que a cidade exerce sobre os jovens extrativistas, relacionados não só a dimensão econômica mas social, com a diversidade e fluidez típicas do modo de vida urbano:

[...] pro jovem que termina o ensino médio, a esperança de continuar os seus estudos, a se formar em qualquer área que ele deseja e precisa. (...) a esperança de uma vida melhor. (...) a necessidade da comunicação... watshapp, facebook, de aglomerações de pessoas... porque na cidade você dobra a esquina tem um evento diferente, tem uma coisa diferente, tem algo novo... então, tem alguma forma de esporte... tem... enfim... é diversas coisas.

Ele, um jovem, continua descrevendo sua visão sobre o contexto contemporâneo vivenciado pelos jovens na RECM:

[...] Hoje o contato mais forte do jovem com os meios de comunicação é através do rádio, outra, na minha avaliação 90% dos jovens tem celular dentro da Reserva. Ele usa pra quê? Pra escutar uma música, pra tirar foto, pra ver um vídeo, pra jogar um jogo. E quando ele chega na cidade, ele usa esse aparelho, boa parte tem wathsaap, boa parte tem facebook (...) 95% das pessoas da minha área tem televisão em casa, com placa solar, bateria... E essas pessoas usam pra escutar uma novela, escutar um jornal, escutar uma partida de futebol (...) Que expandiu mesmo, tá com 7 anos [TV] (...) O impacto que a televisão faz, hoje, é porque todas as notícias que se passa, ou corretas ou incorretas, as pessoas comentam no dia a dia, e em relação ao mundo em que vivemos, Unidades de Conservação, enfim.. isso passa muito pouco... (..) O que se passa é a questão do agronegócio brasileiro, o uso de agrotóxico, enfim... o sentido de quanto mais você tem mais você é grande. (...) Claro que todo mundo precisa ter as suas coisas, mas o que a TV passa é que se você

não tiver o boi, você não é ninguém, então queira ou não, isso induz aquele jovem a querer desmatar cada vez mais, o que não pode ser... Mas não passa um programa de como você reflorestar uma área, como você acessar o mercado (...) Mas o que passa na TV é um mundo que a gente não conhece, um mundo que está fora do nosso alcance (...) o jovem lá da Reserva ele precisa trabalhar, precisa aprender, precisa se divertir, mas com a simplicidade que é a área, que é o lugar, então isso muitas vezes, de uma forma as vezes ajuda, mas de outra forma atrapalha, porque ele tem acesso as coisas que vai ser prejudicial pra ele. (...) É uma via de mão dupla, infelizmente (...) Também lá ele vê as oportunidades que ele tem ou que pode correr atrás, caso ele se formando, e as oportunidades, eu considero 99% delas, pra você se formar, pra você ser uma pessoa formada, ela te induz a sair da tua área. Então isso prejudica.

As organizações sociais derivadas do movimento seringueiro, que funcionavam como satélite da identificação e agência coletiva daqueles grupos, como CNS, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e Associações Mães, vão sendo relativizadas, perdendo força de mobilização; e, às vezes se reposicionam, principalmente com relação ao discurso e visão sobre o avanço do desmatamento e da pecuária, relativizando o tema à falta de opções de geração de renda disponíveis para os moradores equivalentes a pecuária.

Luiza Carlota, presidente da AMOPREBE, expõe o cenário das organizações coletivas hereditárias do movimento seringueiro, explicando um pouco o fenômeno de desmobilização social:

[...] Hoje, praticamente, a associação não... as pessoas não se organizam mais. A gente não tem mais liderança pra tentar puxar representante da unidade [Reserva] pra poder se organizar. Primeiro que eles tinham um objetivo de luta né, com a criação das associações, a questão dos sindicatos... Eles tinham grandes objetivos, que era conseguir a posse da terra, que é o que eles queriam. Então, tudo que eles tinham que conseguir veio através de uma associação. Ninguém tinha nenhum tipo de benefício social, foi através das associações e do movimento social que eles iam conseguir. Tinha uma bandeira de luta que era a conquista da terra e os benefícios sociais.

Hoje, além da associação não ter como conseguir se sustentar financeiramente, as pessoas também, a situação deles mudou muito, eles têm o INSS, eles têm acesso às políticas públicas; então, cada um está tocando sua própria vida totalmente individual, eles não estão mais muito aí interessado nessa questão de organização social, então com isso a associação fica órfã de representatividade. Pra você montar uma diretoria hoje é a maior complicação. Porque ninguém quer. (CALDAS, 2017)

Outra dinâmica ocorrente, na complementação entre cidade e seringais nas estratégias familiares é que alguns moradores estabelecem negócios urbanos, alguns titulares de colocações, por doença ou pelo fato de a mãe acompanhar os filhos na vida urbana ou outros fatores, iniciam empreendimentos comerciais, como loja de roupas, perfumes, etc.

Ainda, em algumas comunidades, muitos jovens vêm estudar em escolas fora da Reserva.

Na Reserva Extrativista Chico Mendes o que reconhece um indivíduo como beneficiário da Reserva é o registro dele no Sistema de Cadastro de Moradores do ICMBio. Neste os indivíduos possuem status de titulares das colocações/lotes, dependentes ou agregados. Só pode constar no cadastro de moradores o indivíduo que efetivamente esteja morando na Reserva Extrativista. Com as novas dinâmicas, parcela significativa das famílias tem algum membro residindo temporariamente, ou estabelecido em área urbana o que gera conflitos diversos na sucessão da colocação/lote. Muitas famílias alegam mentir para manter os filhos no cadastro, alegando insegurança dos filhos perderem os direitos de morador da Reserva e o direito da posse da colocação/lote.

Essas transformações seriam “naturais” do processo de resposta das famílias aos seus novos contextos, porém produzem um modo de vida e práticas que contrastam com a figura de “povos e comunidades tradicionais” que ocupam “Reservas Extrativistas” desenhado na legislação, na literatura e em diversas práticas e discursos de atores sociais – o que gera múltiplos conflitos, representados principalmente pelo avanço da pecuária dentro da RECM.

Neste cenário, acena-se para a necessidade de decompor a existência da territorialidade vivida “Reserva Extrativista” em dois períodos temporais: o primeiro, seria o de reconhecimento do direito à posse, que ocorre na criação, onde um conjunto de características definidoras da população tradicional se mostra válido e pertinente, como condição caracterizante de direito; e o segundo, seria o de implementação e desenvolvimento do modelo, onde se desintegraria o conceito de Reserva Extrativista em 3 conjuntos independentes: 1. a dimensão cultural, 2. a dimensão de práticas econômicas e 3. a dimensão ambiental; ambos primeiros são dinâmicos, afetos às mudanças constantes e contínuas, o que invalida seu uso em marcadores rígidos de modos de vida e práticas, embutidos no arcabouço legal de Reservas Extrativistas quando essa afirma ser “área utilizada por populações extrativistas, cuja subsistência baseia-se no extrativismo” (BRASIL, 2000, art. 18), e cujos objetivos incluem proteger (...) a “cultura dessas populações” (BRASIL, 2000, art. 18). Quanto à dimensão ambiental, o modo de vida, as práticas, a cultura e a sacralidade vivi-

da no chamado “território tradicional”, que em determinado período temporal eram fatores garantidores da conservação, no bojo das mudanças, apesar das permanências e ressignificações, já não são condicionantes válidas. Assim a dimensão ambiental, relacionada à sustentabilidade, que teve uma de suas inaugurações em termos de aplicação prática em perspectiva contemporânea no projeto das Reservas Extrativistas, deixa de ser dimensão cultural ocasional para se configurar como aspecto objetivo. Nestes termos, defende-se que as transformações culturais e econômicas ocorrentes no tempo de existência das Reservas Extrativistas sejam assimiladas pelo modelo e pela gestão, mediante o respeito às decisões das liberdades coletivas em processos participativos; conservando-se regulamentações e controles de uso e ocupação que garantam a sustentabilidade ambiental, como em qualquer outro espaço habitado por populações humanas, numa perspectiva de ética ambiental contemporânea.

4.2. Cenários dos jovens das comunidades Divisão e Rio Branco.

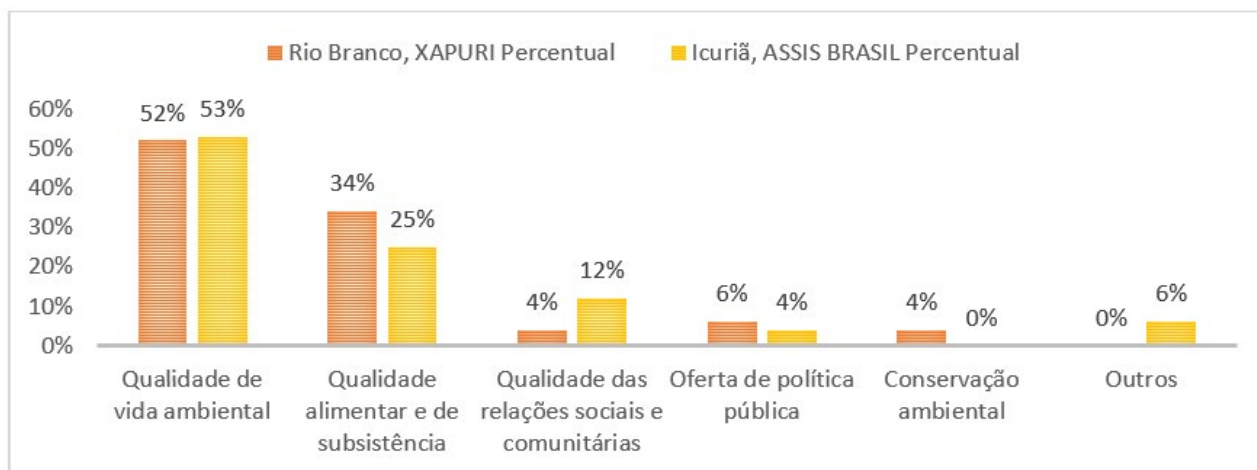
4.2.1. Pontos positivos de se viver numa Reserva Extrativista

Para os jovens da comunidade Divisão, viver numa Reserva Extrativista é positivo pela vivência de elementos de matriz natural e de um ambiente bucólico, como o “ar puro”, “água natural”, “sem poluições”, “sem barulho”, “tranquilo”; estes foram classificados como “Qualidade de vida ambiental”, e foi tema de 53% das citações dos jovens. Em segundo, eles afirmam que viver na Reserva é bom porque podem “ter a própria colheita”, “produzir o próprio alimento”, “não tem muito gasto”, esses elementos foram classificados como “Qualidade alimentar e de subsistência” aparecendo em 25% das citações. E o terceiro tema mais citado foi a “qualidade das relações sociais e comunitárias”, apresentado por expressões como “somos todos amigos”, “colaborando uns com os outros”. É interessante que de algum modo, em muitas das afirmações, a resposta sobre viver em uma reserva extrativista traga consigo um elemento indicativo de que o jovem está apresentando um contraste entre o viver na Reserva e o viver na cidade. Quando o jovem fala “não tem violência como na cidade”, “um lugar calmo”, “gasta menos financeiramente”, “é mais frio”, “não precisa comprar alimento”, “mais fartura”, dentre muitas outras expressões apresentadas pelos jovens da

Divisão, existe em algum grau uma relação comparativa perceptível, entre viver no pequeno núcleo urbano de Assis Brasil e viver nas colocações dos seringais da Reserva Extrativista.

Para os jovens da comunidade Rio Branco, os pontos positivos de se viver numa Reserva Extrativista são muito similares aos apresentados pela comunidade Divisão, conforme apresentado na Figura 4, em perspectiva comparada entre comunidades.

Figura 4. Gráfico – Pontos positivos de se morar em uma RESEX (comparação entre Rio Branco e Divisão)



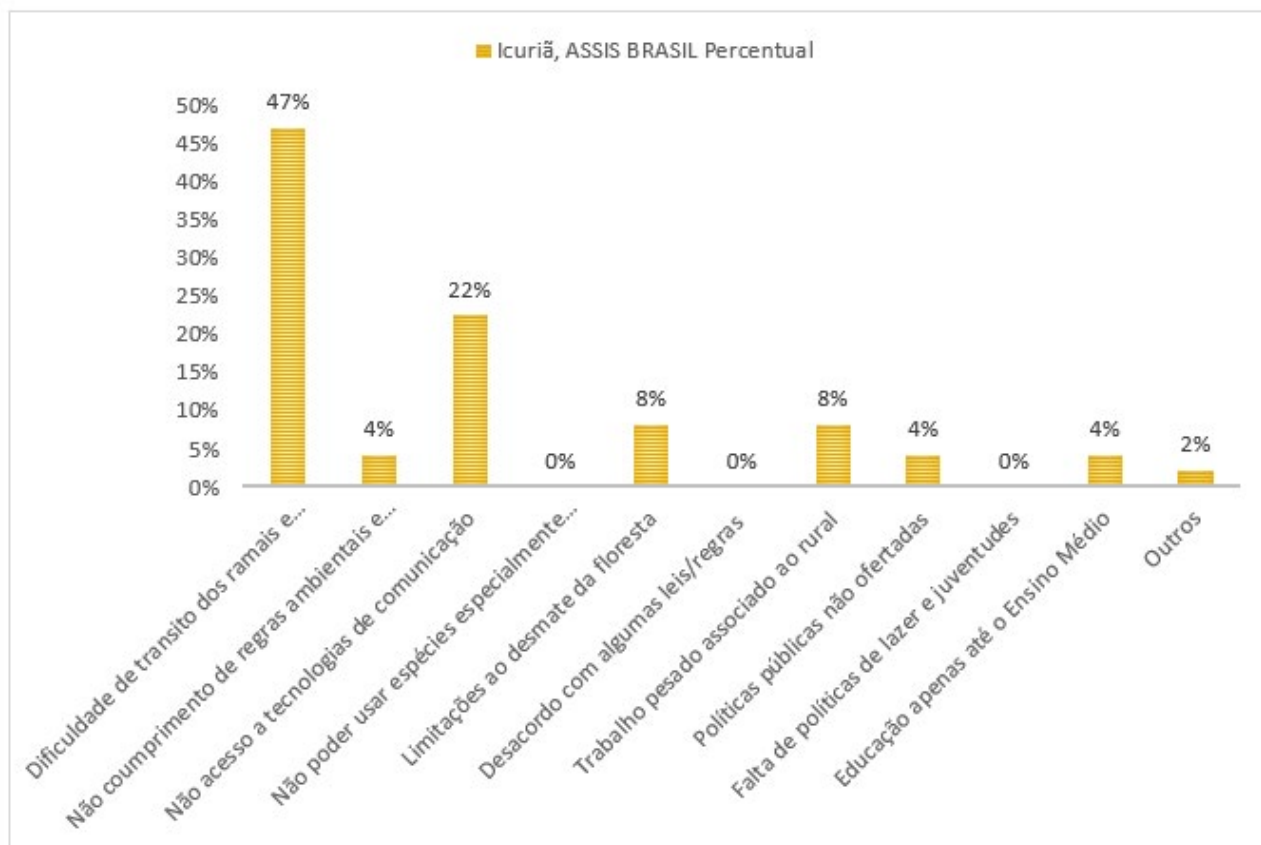
Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Apesar das percepções próximas, os textos das citações das tarjetas nos revelam através de vários rastros, um tom valorativo adicional aos elementos naturais, sejam para vivência ou para uso, chegando em alguns pontos a aparecer apenas como valor de conservação/“preservação” na comunidade Rio Branco. Com relação à qualidade alimentar, a relação primária apresentada pela comunidade Divisão se relaciona com abundância e possibilidade de produzir o alimento num contraste com o alimento na cidade que tem que ser comprado (o que torna a vida mais difícil). Já na comunidade Rio Branco o valor de produzir o alimento se relaciona muito com a representação de alimento saudável, “próprio”. A “qualidade das relações sociais e comunitárias” foi citada em ambas as comunidades, acredita-se que a maior ocorrência na comunidade Divisão (12%) em relação comunidade Rio Branco (4%) deveu-se à alocação elevada de valor desta na percepção da “oferta de política pública”, na “conservação ambiental” e nos recursos de subsistência oferecidos pelo ambiente para a comunidade Rio Branco e não numa diferenciação relevante da qualidade das relações sociais nos dois contextos.

4.2.2. Pontos negativos de se viver numa Reserva Extrativista.

A comunidade Divisão, no Seringal Icuriã, em Assis Brasil, apresentou 49 citações, consideradas como pontos negativos de se morar numa Reserva Extrativista. Elas se referem principalmente à experiência de se viver naquela comunidade específica. Pode-se observar a classificação através do gráfico seguinte:

Figura 5. Gráfico – Pontos negativos de se morar em uma RESEX (comunidade Divisão)



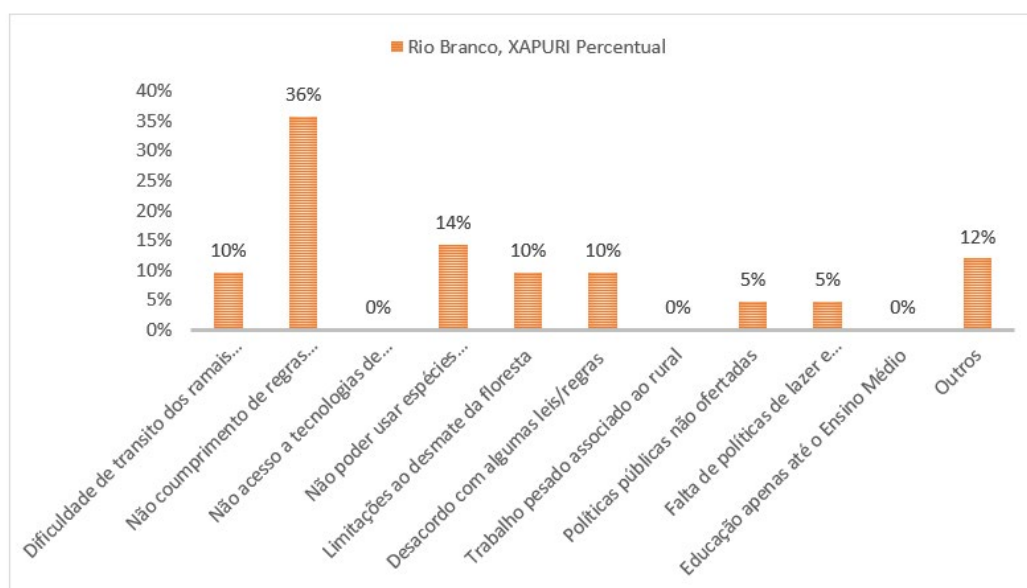
Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

O tema central para os jovens da Divisão se relaciona com a dificuldade de trafegabilidade do ramal que liga a comunidade e o centro urbano de Assis Brasil e a dificuldade de transporte. Isso representou 47% das citações. Morar na Divisão e ir até a cidade não é tarefa simples; sobretudo na época das chuvas, pelas peculiaridades do tipo de solo, o ramal fica quase que intrafegável. Mesmo sendo um ramal principal da Zona Geopolítica de Assis Brasil, há fluxo de “toyotas” e outros carros estilo caminhonete que fazem fretes ou fazem linha, cobrando por passageiros e/ou bagagens – mas só na época de seca; raramente esses veículos se arriscam nas épocas de chuva, o que faz a comunidade ter um alto

grau de isolamento, principalmente durante 4 meses do ano. Por isso também o transporte particular, no caso as motos, são um elemento muito valorizado e desejado. Em segundo lugar, como ponto negativo de se morar na Reserva, eles apresentaram o não “acesso a tecnologias de comunicação”, talvez esse tema tenha estado presente de algum modo nas discussões locais recentemente, pois ele não apareceu na comunidade Rio Branco, ou talvez a necessidade percebida de relação com a urbanidade e um mundo externo seja significativa por vários motivos para aqueles jovens. Esses dois itens, “dificuldade de trânsito” e “não acesso a tecnologias” representam juntos 69% das citações, e ambos remetem a uma necessidade de relação com um externo, que está no urbano de Assis Brasil, ou talvez com conexões em outras espacialidades possibilitadas a partir do núcleo urbano. É importante também falar, que sobre isso, parte das famílias geralmente vivem na cidade, avós já anciãos, ou tias/tios, primos/primas, irmãos/irmãs, etc. Ainda, alguns daqueles jovens percebem diferentemente as leis ambientais, para (2) é negativo que alguns não cumpram as regras ambientais, já para outros (4) é negativo a imposição de regras que limitam o desmate da floresta. A representação do trabalho rural foi citada por 4 jovens como algo relacionado ao “pesado” e penoso. E, alguns também percebem a falta de implementação de políticas, principalmente saúde e educação como aspectos negativos.

Se nos pontos positivos houve relativa convergência, nas percepções sobre pontos negativos foi diferente (Figura X).

Figura 6. Gráfico – Pontos negativos de se morar em uma RESEX (comunidade Rio Branco)

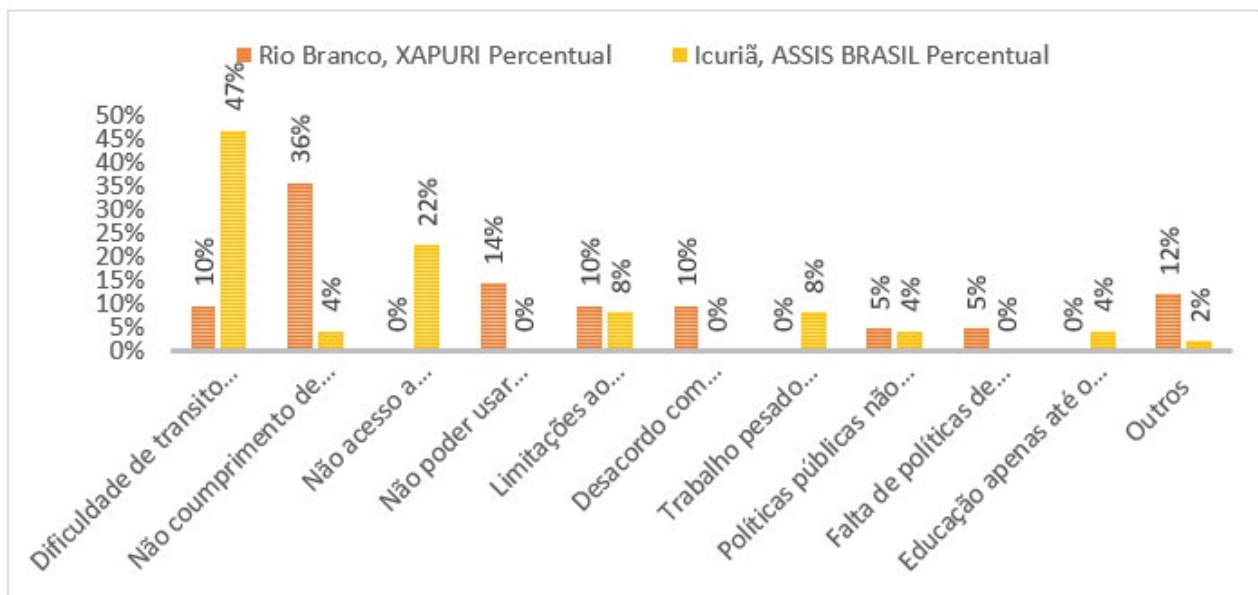


Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Para os jovens da comunidade Rio Branco, no Seringal Floresta, em Xapuri, o principal ponto negativo de ser morar numa Reserva Extrativista, com 36% das citações, é a percepção de que muitos moradores não cumprem as regras ambientais e do Plano de Utilização; em Assis Brasil esse item representou apenas 4% das citações. Esse dado está diretamente relacionado ao conflito vivenciado pelas comunidades relacionado a disputa de representações sobre os valores da floresta/extrativismo e o valor da terra/desmatamento/pecuária. Na comunidade Rio Branco, 10% das citações afirmaram que as regras que limitam o desmatamento da floresta são um aspecto negativo de se viver na Reserva, revelando um grupo que se contrapõe a ideia anteriormente apresentada, que entende negativo as regras que percebem como restritivas.

Uma pequena parte dos jovens (14%) diz estar em desacordo com algumas regras vigentes na Reserva, que pela discussão não se relacionam ao desmatamento, mas regras de uso, como direito de posse, etc. Uma discussão significativa contida nesse tema é a proibição de uso de espécies madeireiras especialmente protegidas como o mogno e a castanheira; no campo ético do morador, essas árvores em suas colocações são deles, e eles entendem que devem escolher se devem usá-las ou não, como no caso de castanheiras improdutivas, mortas ou caídas; e dos mognos também; pois para eles, construir uma casa, uma estrutura comunitária, tem que ser com a melhor madeira possível. Junto com essa discussão, vem a relação que os moradores tem com o núcleo urbano de Xapuri, assim como em Assis Brasil, existem processos sazonais ou em casos específicos em que as famílias se dividem entre a Reserva e o núcleo urbano, isso ocorre tanto em Xapuri como em Assis Brasil; e as famílias de Xapuri, que veem suas madeiras manejadas saírem para fora da Reserva, vendidas, querem ter o direito de construir casas na cidade com a madeira se suas colocações – esse conjunto representou 14% das citações. As demais citações foram variadas, sendo difícil classificá-las. Embora a dificuldade de transporte tenha aparecido com 10% das citações, fica claro nos textos, que os jovens se referiam a outras comunidades e apenas um jovem se referiu ao ramal em que mora. O gráfico seguinte apresenta um contraste dos pontos negativos segundo os dois grupos de jovens.

Figura 7. Gráfico – Pontos negativos de se morar em uma RESEX (comunidade comparadas)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Em grande proporção, a distinção de percepção de negatividade para dois grupos, se relaciona com o contexto de condições. Objetivamente, a trafegabilidade entre cidade e comunidade é facilitada em Xapuri em relação a Assis Brasil; as possibilidades e oferta de veículos, tanto particulares quanto de transportes coletivos, é superior em Xapuri em relação à comunidade de Assis Brasil. Porém percebe-se também foco direcional ao urbano mais acentuado na comunidade da Divisão em relação à comunidade Rio Branco. O olhar da comunidade de Assis Brasil se apresenta menos direcionado a questões e dilemas internos, como o expresso pela questão do uso de madeiras “especialmente proibidas”, “desacordo com normas”, etc., presentes na comunidade de Xapuri. O olhar para elementos, tanto de valor de conservação quanto de valor de uso relacionados à natureza, novamente aparecem como caracterizadores de distinção entre as duas comunidades, ganhando formas, como a preocupação de 36% das citações da comunidade de Xapuri com o não cumprimento de “regras ambientais e do Plano de Utilização”. A percepção das práticas de trabalho rural aparece distinta nas duas comunidades; para 8% dos jovens de Assis Brasil, ele se associa com algo penoso, o que não aparece para os jovens de Xapuri. Os jovens de Assis Brasil se preocupam mais com o tema educação (4%), pois para eles há um campo de opções muito menos acessíveis do que para os jovens de Xapuri, que contam com um campus do IFAC no seu núcleo urbano, onde vários moradores da Reserva daquela zona

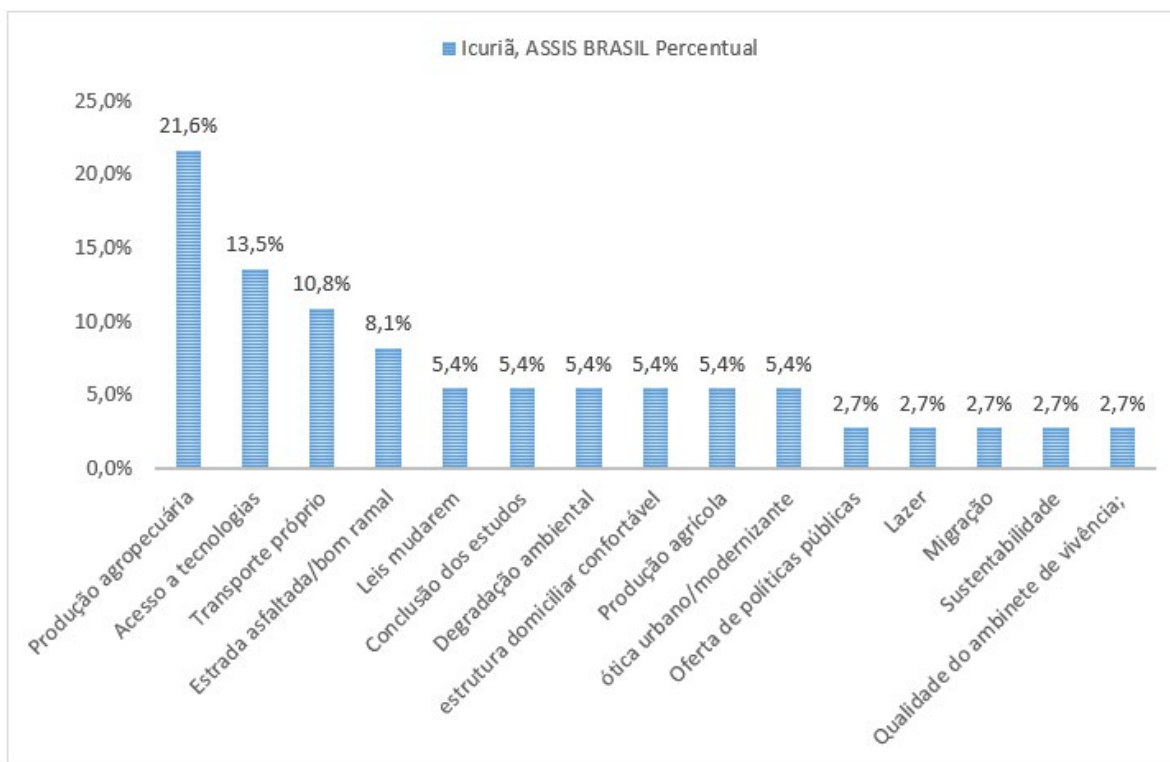
estudam; já para o jovem de Xapuri a preocupação aparece em “políticas de lazer e juventude” (5%).

4.2.3. Minha colocação no futuro

Quando se questiona sobre o futuro das colocações, se objetiva apreender como o indivíduo percebe o seu espaço habitado, as condições e oportunidades percebidas, e as intencionalidades e estratégias formuladas. Esse conjunto permite vislumbrar de relance as tendências de intervenção/adaptação/produção sobre o espaço. Isso nos permite traçar cenários para o futuro das comunidades, e como esse porvir se relaciona com a reprodução de um modo Reserva Extrativista de “ser” e “viver”.

Com relação à comunidade Divisão, foi difícil categorizar as ideias apresentadas, pela diversidade do conteúdo. Quando se perguntou para aqueles jovens sobre a colocação, as respostas se entrecruzaram com vários aspectos diversos sobre os futuros individuais, desejos e oportunidades. A sistematização das citações está apresentada no gráfico seguinte:

Figura 8. Gráfico – Como você imagina sua colocação no futuro? (comunidade Divisão)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Para aqueles jovens, ao falar do espaço, 21,6% citaram práticas de produção relacionadas à agropecuária, com destacada relevância na atividade pecuária. É algo muito evidente, e visto como positivo. Alguns trechos nos apresentam os “tônus” das afirmações, como os trechos seguintes: *“minha colocação esteja tipo uma fazenda”, “quase uma fazenda cheia de gado”, “uma fazenda muito grande e bonita”, “estar criando bastante gado”, etc.* Por alguns momentos, alguns indivíduos (5,4%) citam as leis como empecilho e a expectativa de possíveis mudanças: *“tenha melhorado mais as leis”, “que as leis mudem para o bem de cada família”*. Essa tendência à expansão da pecuária na comunidade é complementada com atividades agrícolas diversas, como *“plantações de diferentes tipos, fruteiras, verduras”, e “criação de galinhas, porcos”*. A proximidade da fronteira com o Peru, por onde, desde a construção da estrada tem se ampliado os fluxos de exportações brasileiras e oportunidades de comércio para a produção local, como das galinhas caipiras e peixes de piscicultura, este contexto aparece levemente influente, como na seguinte citação: *“minha colocação exportadora de carne de criação de galinha. Só vou ter muita galinha”*.

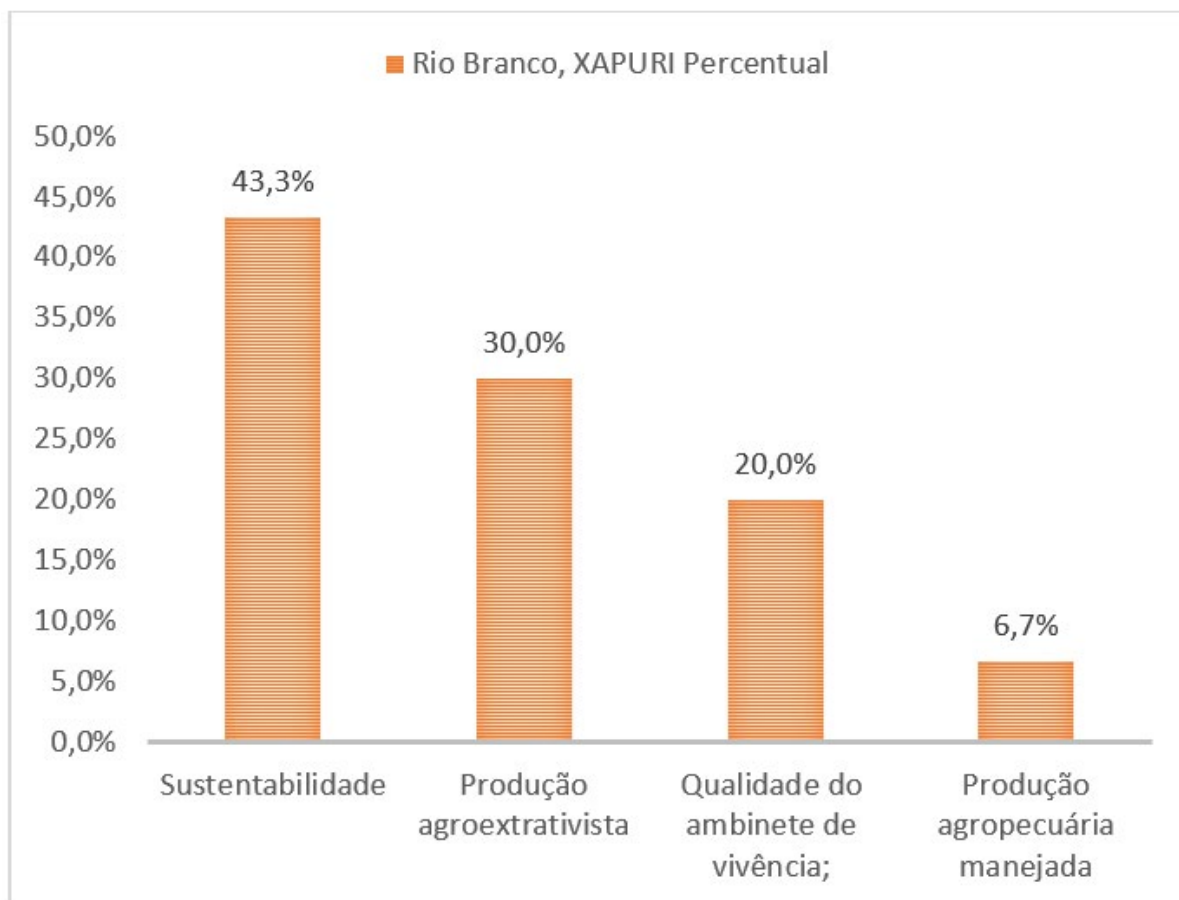
Dois elementos que aparecem como elementos negativos de se morar em uma Reserva, para a comunidade Divisão, têm seus resolutivos projetados para o futuro das colocações – as dificuldades de transporte e comunicação. Assim, para 13,5% dos jovens, o futuro das colocações inclui elementos tecnológicos; para eles, a representação de tecnologia inclui além de ferramentas de comunicação, *“rede telefônica e internet”*, uma percepção afeta ao processo e status de desenvolvimento das colocações, apresentada em trechos como *“muito bonita, ter animais domésticos, uma tecnologia bem avançada”, “eu imagino que ela vai estar bem, com uma tecnologia bem avançada”*. Para aqueles jovens da Divisão, a crise do transporte para a cidade, seja de pessoas ou produtos, aparece em 8,15 das citações, através de expressões como: *“meio de transporte, ramais, espero que estejam todos piçarrados”, “espero já tenha estrada asfaltada até lá”*. E, o tema do transporte se relaciona com o desejo individual do “transporte próprio”, aparecendo como prioridade em 10,8% das citações.

O futuro das colocações para aqueles jovens se desenha com uma feição de um “viver bem” e superação do que se percebe como “dificuldades”; isso se ancora nos espaços individuais centralmente na produção da pecuária, e secundariamente em plantações e

criações diversas; e num contexto dos espaços coletivos na melhoria das condições gerais de vida, com opções para o transporte, meios de comunicação, acesso à serviços de educação e saúde, opções de lazer, etc. Elementos classificados como “agroextrativismo” não foram citados no futuro daquelas colocações; e elementos que signifiquem relação sustentável com o meio só foi citado por um jovem.

Com relação à comunidade Rio Branco, há uma consonância em um discurso quase que consensual em relação às colocações, relacionado, sobretudo as práticas de uso das áreas e de sua relação com a renda, a sustentabilidade e a qualidade de vida. É como se não tivessem muitas dúvidas, como se no campo das representações os significados e as visões de mundo fossem mais definidos, quase resolvidos, em contraste com a comunidade da Divisão. Nesse contexto, foi possível classificar todas as citações em apenas quatro categorias, conforme apresenta o gráfico seguinte:

Figura 9. Gráfico – Como você imagina sua colocação no futuro? (comunidade Rio Branco)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

43,3% das citações sobre o futuro da colocação se relacionam com aspectos de sustentabilidade, representados por expressões como: “*que meu lugar continue preservado*”, “*imagino minha colocação bem preservada, com desmate dentro do limite*”, “*imagino uma colocação produtiva, de forma sustentável, ou seja, sem queimadas e sem desmatamentos*”. A ideia de sustentabilidade, relacionada à vida saudável, respeito à natureza, se apresenta como um conjunto bem delineado para aqueles jovens, com características comuns, quase um discurso. Com relação às práticas de uso da floresta e do solo, percebe-se uma tendência a ressignificação/contextualização do extrativismo, onde se mantém o látex e a castanha, ao mesmo tempo que ganha fôlego adicional com plantio, através de reflorestamento produtivo, consorciado de seringueiras, castanheiras e frutíferas, que é apresentado pelos jovens com animo relacionando-o ao futuro; isso, juntamente com produção diversificada de criações e plantações; podemos perceber esse conjunto em 30% das citações, como as seguintes, relacionadas as colocações:

[...] transformar em um lugar produtivo e sustentável que tenha seringa, açudes, bois, plantação de abacaxi, banana, diversificar”, “minha colocação a 20 anos vai estar produzindo muitos recursos como látex, açai, graviola e peixe, etc.

[...] imagino minha colocação rodeada de seringueiras e castanheiras que plantamos já algum tempo, todas produzindo e gerando lucro.

[...] imagino a minha colocação com uma infraestrutura socialmente e financeiramente estáveis, com açudes, plantações manejadas, alguns bois, floresta conservada, plantações das mais variadas espécies e manejo da terra de forma sustentável, sem dívidas. Ter a consciência que as próximas gerações irão se beneficiar também.

Para aqueles jovens, esse futuro das colocações possibilita um ambiente de vida saudável e “*boa qualidade de vida*”, em 20% das citações essa ideia apareceu. Ainda, o gado, aparece, porém distintamente do significado e função da ocorrente na comunidade da Divisão; aqui o gado é envolto na necessidade percebida de conservação, onde para que figure, há uma necessidade ética de que seja “*manejado*”, dentro dos limites, conciliado com a conservação e outras atividades; isso é percebido em trechos como: “*criação de boi manejado*”, “*boa criação de gados e também preservada porque sendo organizado não precisa derrubar muito a floresta*”. Esse status da pecuária percebido neste item, sobre o futuro das colocações, contraste levemente, com aparições em outras questões, como na anterior, sobre os pontos negativos de se morar numa Reserva, onde alguns jovens apresentaram questões sobre leis que protegem a floresta. Percebe-se que esta discussão é

algo que busca inserção no contexto daquela comunidade, porém se percebe um combate do coletivo a este tipo de visão; sendo aceita, no nível ético, apenas a pecuária manejada, dentro dos limites legais e consorciada com outros produtos.

4.2.4. Meu projeto de vida para ser feliz.

Para analisar os projetos de vida daqueles jovens identificou-se as ideias centrais expressas no conteúdo das redações, agrupando-as por indivíduos, e utilizando-as para classificar a trajetória tendente dos jovens com relação as seguintes perspectivas:

a) Quanto a espaço focal dos projetos de vida, indica-se orientação para o interior/comunidade (ficar) ou para o exterior/cidade (sair)?

b) Quanto aos que tendem a ficar, indicam práticas de uso e ocupação sustentáveis ou não?

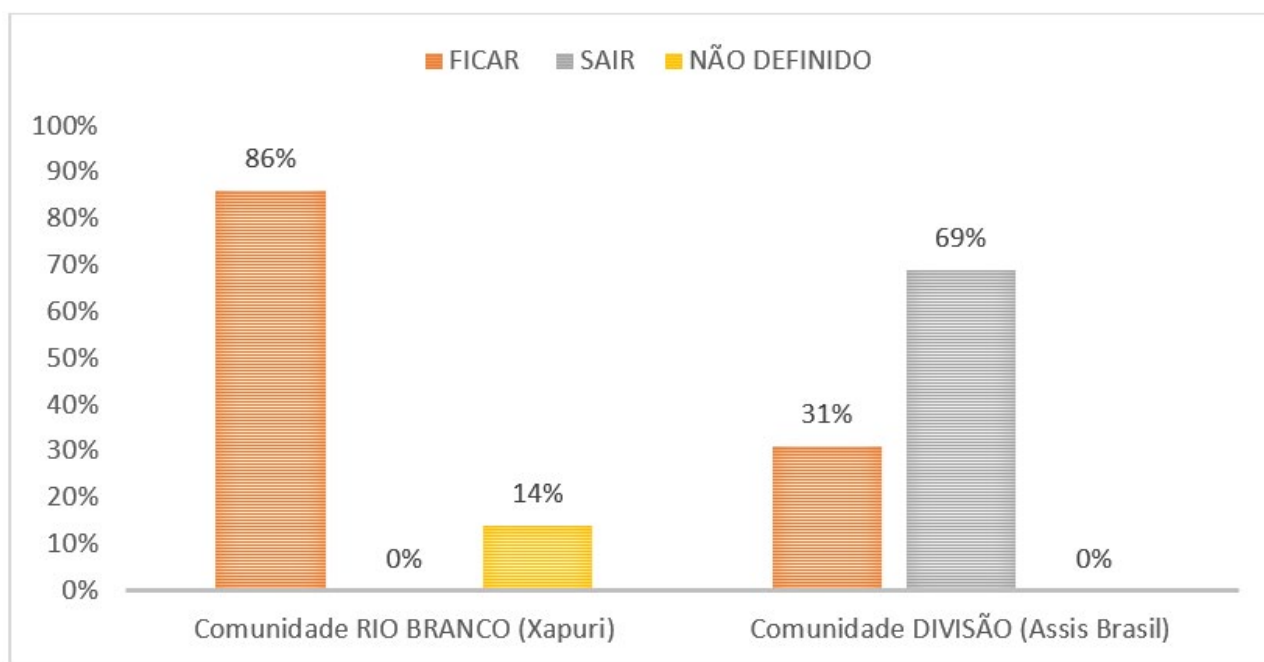
c) Quanto às comunidades, tendem a se reproduzir socialmente em conciliação com o modelo de Reserva Extrativista?

Nesta análise se apresenta os cenários para cada comunidade, os colocando em contraste. Como se segue:

a) Quanto a espaço focal dos projetos de vida, indica-se orientação para o interior/comunidade (ficar) ou para o exterior/cidade (sair)?

O dilema entre “ficar” ou “sair” é um problema comum ao processo de reprodução das populações camponesas; apareceu como diferença principal nos projetos de vida dos jovens destas duas comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Figura 10. Gráfico – Ficar ou sair? (comunidades comparadas)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Para 86% daqueles jovens da comunidade Rio Branco, em Xapuri, a trajetória de vida elaborada se empreende dentro da Reserva Extrativista, vivendo em sua colocação, usando os recursos ambientais, produzindo diversificadamente, gerando renda e qualidade de vida; falam de formação superior, mas isso não os desloca para uma perspectiva de migração urbana, pois o centro gravitacional do projeto de vida acontece em torno da colocação. Nenhum dos 14 jovens que apresentaram redações expressaram um projeto expressamente alheio ao viver na Reserva. Os dois casos classificados como “Não definido” foram: um, em que o indivíduo descrevia o desejo de *“ajudar pessoas que precisam, ensinar as crianças a terem um futuro melhor, sem miséria”*, o que não gerou possibilidade de classificar onde essas atividades ocorreriam; e, de um outro indivíduo, que descrevia o projeto de terminar os estudos, e mesmo que *“atue fora da Reserva”*, dizia ele, *“eu sempre quero manter contato com a mesma (...) através do meu trabalho, se isso for realmente o caso, eu quero investir boa parte na colocação da minha família”*; o que revela um projeto relacionado à colocação e à Reserva Extrativista, o que também não foi classificado como sair.

Na comunidade Divisão, em Assis Brasil, dos 16 jovens que apresentaram redações, apenas 31% descreveram projetos de vida que se relacionavam com o viver na Re-

serva Extrativista ou ao uso das colocações; e, a maioria, 69%, descreveram projetos de vida que se passam em ambiente externo, descrevendo, na quase totalidade daquele público, uma trajetória de migração para a cidade, e planos consequentes de ter um emprego, concluir o ensino superior, seguindo-se o trabalho indiscriminado ou exercício de profissões (como médico, policial, veterinário, etc.), ter uma casa confortável, possuir veículo e renda. O recorte de trechos da redação de um dos jovens representa o discurso da maioria; escrevia ele sobre seu projeto de vida:

[...] tenha um trabalho para me sustentar (...) morar na cidade e fazer uma faculdade (...) com um bom emprego (...) fazer habilitação (...) comprar moto e carro (...) medicina ou direito (...) construir uma casa linda e grande.

Os discursos dos demais jovens são muito similares, como por exemplo:

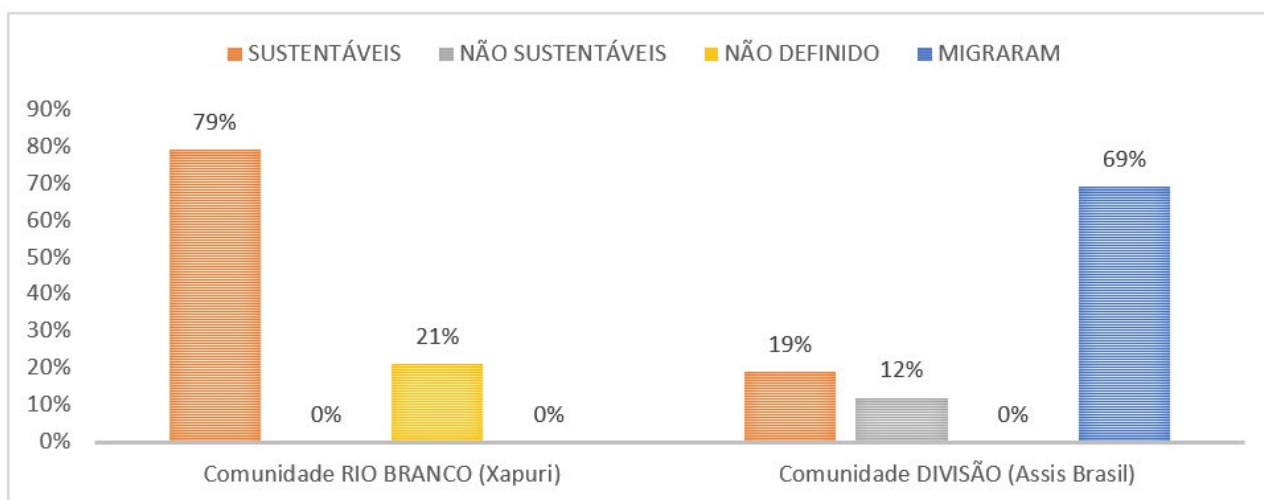
[...] farei faculdade de administração de empresas, após ter construído minha própria empresa que será uma loja de móveis, darei continuidade aos estudos (...) caso passe (no Enem) deixo minha loja com meu irmão do meio, então poderia estudar, farei medicina (...) acho muito difícil voltar para a colônia (...) espero estar com uma condição financeira bem boa.

[...] estudarei direito. Trabalharei para manter a faculdade. Mais na frente poder ter uma carreira e dar um futuro para meus filhos (...) ir para a cidade mais próxima que tiver o curso que eu quero.

[...] quero ter concluído meus estudos, quero morar na cidade (...) lá vou ter mais acesso e um trabalho próprio me sustentando com meu próprio dinheiro.

b) Quanto aos que tendem a ficar, indicam práticas de uso e ocupação sustentáveis ou não?

Figura 11. Gráfico – Práticas sustentáveis ou não sustentáveis? (comunidades comparadas)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

Quanto aos jovens da comunidade Rio Branco, 79% expressam a intencionalidade de desenvolver práticas que foram classificadas como sustentáveis. Nenhum deles apresentou projeto de vida que pudesse ser caracterizado como relacionado a práticas não sustentáveis. Para 21% dos jovens, não foi possível definir claramente através de seus textos que tipos de práticas desenvolveriam. Alguns trechos representam a visão de futuro daqueles jovens, como os projetos de vida seguintes:

[...] imagino com boa qualidade de vida, vivendo apenas dos recursos de minha própria colocação. Como por exemplo, do peixe, da galinha, do porco (...) imagino também com uma faculdade completa, imagino me especializar em uma área para poder manusear minha própria terra sem o uso de agrotóxico (...) sem falar que pretendo continuar com os mesmos recursos naturais sem desmatar a floresta. Para continuar com essa mesma coisa linda de hoje.

[...] não imagino com muitas mudanças. Eu quero preservar o que já tenho em minha colocação, já que é muito. (...) Há alguns anos atrás fizemos uma plantação de seringa, castanha, abacaxi, banana, acerola, graviola. Pensando no futuro, então vou conservá-la para colher bons frutos. (...) Viver muitos e muitos anos aqui. E passar os ensinamentos que recebi de meu pai para meus filhos para que eles tenham uma mente bem sustentável.

[...] meu projeto de vida é bem simples, pretendo permanecer na reserva, viver de forma saudável, e, com variações de produções sustentáveis, que é importante já que vivemos em um local protegido por lei.

[...] fazer da minha colocação uma área produtiva que tenha subsistência, onde eu possa criar ou ter um pouco de tudo, boi, galinha, seringa, açude, plantações de abacaxis, banana e outros produtos.

Com relação aos jovens da Divisão, a maioria, 69%, apresenta um projeto de vida migrando para a cidade. Dos 31% que pretendem ficar, 19% apresentam elementos nas redações que permitem presumir que pretendem adotar práticas sustentáveis, como os trechos seguintes:

[...] quero estar com uma boa renda e produção, desmatar só para se manter (...) não infringir as leis ambientais e ter bom consumo das plantações.

[...] fazer um investimento na minha colocação dentro dos limites (...) pasto, porco, galinha (...) vou fazer minha renda de vida quando isso estiver pronto (...) não penso em sair da reserva.

E, 12%, apresentam elementos que caracterizam a intencionalidade de práticas não sustentáveis, como nas seguintes expressões:

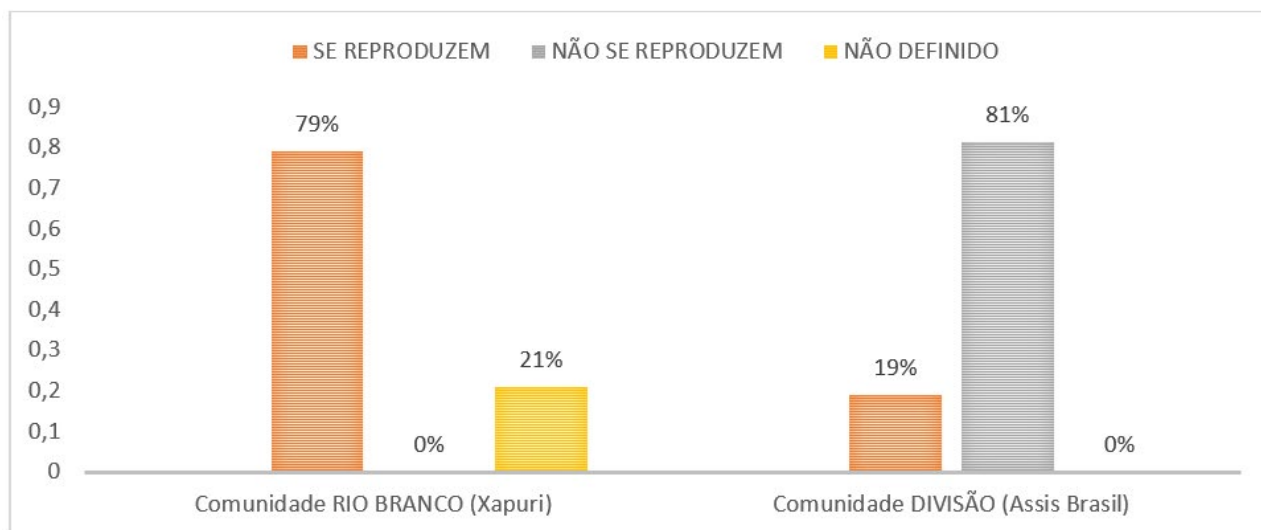
[...] meu projeto de vida é cuidar dos animais e ter os meus peões e não trabalhar no forçado (...) com os peões pagar bem aos empregados.

[...] fazer faculdade de veterinária que pretendo trabalhar aqui mesmo na comunidade (...) ter uma casa linda, muitas árvores, flores perto da minha casa, também uma

plantação de frutas e uma horta grande (...) vender verduras (...) ter meus animais, principalmente muito gado e cavalo.

c) Quando as comunidades, tendem a se reproduzir socialmente em conciliação com o projeto de Reserva Extrativista?

Figura 12. Se reproduzem ou não se reproduzem? (comunidades comparadas)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa (2016).

A partir da combinação dos elementos citados nos dois primeiros itens, elaborou-se um cenário sobre a continuidade daquelas populações enquanto tradicionais; ou seja, sua reprodução social. Considerou-se como tendente à continuidade dos grupos sociais tradicionais, aqueles jovens que apresentaram planos de ficar na Reserva Extrativista e desenvolver práticas sustentáveis. Com esses parâmetros, 79% dos jovens da comunidade Rio Branco, em Xapuri, tendem a cooperar para a continuidade de sua comunidade como grupo tradicional, com modo de vida conciliável como o modelo de Reserva Extrativista. Para 21% dos jovens daquela comunidade, não foi possível, através de suas redações indicar suas tendências.

Com relação aos jovens da comunidade Divisão, em Assis Brasil, apenas 19% pretendem ficar e desenvolver práticas sustentáveis. 81% pretendem migrar para as cidades ou desenvolver práticas focadas na pecuária.

4.3. Os jovens, o futuro e a RECM

Como discorrido no percurso deste trabalho, os jovens estão vivendo um contexto mais complexo que as gerações anteriores na constituição de “visões” sobre caminhos a seguir na trajetória de suas vidas. Ficar ou sair da RESEX tem se externado uma análise principalmente relacionada às condições de vida, no sentido do quanto estas são capazes de suprir as necessidades percebidas e expectativas dos jovens – com central importância percebida da dimensão econômica, contexto em que o valor do extrativismo e das rendas sustentáveis tem tido dificuldades de competir com a pecuária.

Nos resultados da pesquisa, percebe-se que os jovens da comunidade Divisão percebem negativamente seu contexto físico/geográfico e socioeconômico, citam recorrentemente as dificuldades logísticas com as estradas, com a comunicação, com o transporte, etc. Supõe-se que as rendas familiares nesta comunidade sejam inferiores do que a da comunidade Rio Branco, principalmente pelo fato de que na comunidade de Xapuri a Castanha do Brasil é um produto do extrativismo muito importante e ocorrente nas florestas daquelas colocações, diferentemente da área de Assis Brasil, onde ele pouco ocorre. Essa percepção negativa do “viver” na RECM pela comunidade Divisão parece não encorajar a elaboração de uma “visão de mundo” que reproduza os elementos que arquitetaram as Reservas Extrativistas; muito pelo contrário, desejam alternativamente: a migração para a cidade, o “trabalho” e a formação superior; ou um caminho vinculado ao desmatamento e a pecuária.

Na comunidade Rio Branco, observa-se que, embora haja uma percepção mais positiva do contexto geral, o que se percebe como negativo não está diretamente relacionado às condições de vida, mas ao entendimento de que existe uma parcela da comunidade que não cumpre as regras do plano de utilização e/ou legislação ambiental (36%); o que se confirma nos próprios dados dos jovens, através de um percentual de 10% que percebe negativamente um conjunto de normas que limitam o desmatamento (o que faz perceber este como desejado); indicando um conflito e uma disputa, mesmo que talvez velada, entre visões de mundo mais ou menos permissivas ao desmatamento. Esse cenário indica, possivelmente, a permeabilidade de parcela da comunidade a uma proposição de que se

avance com a pecuária; ao mesmo tempo, que uma porção superior, expõe um indicativo de controle social deste discurso, localmente. O futuro, como esta disputa por legitimação de visões de mundo vai se desenrolar no bojo comunitário, é difícil de prever.

Na comunidade Divisão, as percepções mais negativas e o desenho de uma trajetória de vida mais distante do projeto das Reservas Extrativistas, em contraste com a comunidade Rio Branco; pode ser entendida pela associação de dois fatores: a. Percebe-se que as condições de vida não são satisfatórias na comunidade Divisão; e, na comunidade Rio Branco, percebe-se condições melhores, hipoteticamente relacionadas à políticas públicas diversas, a geração de renda do extrativismo através da Castanha do Brasil, e a um conjunto de projetos alinhados com a visão de RESEX continuamente em andamento, como os SAFs plantados pela Cooperacre com foca na castanha do Brasil, borracha e frutíferas, os planos de manejo madeireiro, etc. Esse cenário da comunidade Rio Branco, gera alguma expectativa dos jovens na sucessão das unidades produtivas familiares e no desenvolvimento de uma trajetória de continuidade de um modo “Reserva Extrativista” de se viver – com algumas reelaborações. Assim, os portadores de ethos discursivos que propõe uma visão de mundo e projeto de vida alinhados com as ideias das Reservas Extrativistas encontram argumentos para sua validação na comunidade Rio Branco, e parece que na comunidade Divisão eles são dissipados em face de discursos pró desmatamento e pecuária.

O indicativo que a pesquisa nos oferece é que: diante da pressão de diversas forças culturais que incidem na constituição das identidades e visões de mundo dos sujeitos juvenis com proposituras diversas; diante de um contexto econômico que desfavorece a economia do extrativismo em face da agropecuária; diante da percepção de necessidades diversas não atendidas pelas expectativas dos jovens; a sucessão pela próxima geração de um modo de vida e das unidades produtivas familiares num modelo compatível com o projeto Reservas Extrativista parece tender a não se consumir naturalmente.

Ainda, é importante atentar para a compreensão de que: o processo de avanço da agropecuária tende, a medida em que opera a alteração do habitat (a Reserva Extrativista vivida), tende a modificar concomitantemente a dimensão cultural, paulatinamente reconfigurando o conjunto “espaço vivido” e “cultura vivida” na medida em que o conjunto físico/

cultural que foi base para elementos modeladores e caracterizantes das Reservas Extrativistas perde seu sentido. Essa condição pode colocar em conflito a institucionalidade da RECM, com seus objetivos e normas, com sua população e seus modos de vida.

Apesar das transformações dos grupos humanos e de seus habitats, e as dinâmicas migratórias, serem processos esperados; a continuidade de um modo de ser e estar no território que preserve a sustentabilidade ambiental e a permanência das populações são aqui entendidos como básicos para que as RESEX alcancem seus objetivos. O que a pesquisa aponta é que a continuidade das RESEX, enquanto categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável para populações tradicionais, no conjunto do contemporâneo vivido, depende: a. da geração de condições que assegurem a satisfação mínima das necessidades percebidas pelas juventudes, como lazer, educação, transporte, valorização cultural, etc.; b. mecanismos econômicos de geração de renda através do valorização do extrativismo ou de outras fontes sustentáveis, como turismo, agroindústrias, etc.; c. atores locais e institucionalidades proponentes de discursos e visões de mundo que indiquem um cenário de futuro, validado pela percepção prática, de uma Reserva Extrativista aceitável pelas expectativas e necessidades de seus jovens moradores.

V – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os grupos humanos, em seus processos de reprodução no tempo, parecem se desenvolver em dinâmicas de composição e decomposição regidas por normas ecológicas, com alto grau de adaptação e competição, objetivando a satisfação das necessidades múltiplas da espécie. Nesta perspectiva, as populações categorizadas como “seringueiras” constituíram-se a partir de contextos condicionais que as produziram; assim, a continuidade de suas características depende da manutenção de “gravidade” de elementos físico/materiais e ideológico/discursivos que as estabilize. A instalação dos conceitos de povos e comunidades tradicionais e de Reservas Extrativistas como orientadores e modeladores do uso e ocupação humana tende a apresentar conflitos, pois utiliza em sua composição alto grau de elementos culturais, que num cenário de mudanças de condições e do acentuado fluxo de intercâmbio cultural do contemporâneo tendem a ser comprimidos a dissoluções e ressignificações - em diferentes proporções e tempos.

Assim, entende-se que as populações tradicionais são um status de populações humanas em um “recorte” espacial que apresentam similitudes que as associaram em um determinado tempo; sendo “natural” as reelaborações nos processos históricos, produzindo diferentes arranjos que extrapolam os recortes categóricos – pois estes são apenas abordagens de associação de conjuntos sociais originalmente distintos.

Com esta abordagem, os diversos grupos de populações humanas categorizadas como “seringueiros” expostos a contextos diferenciais no tempo, tendem a se reelaborar por processos dialógicos, em conjuntos distintos, o que não significa que deixaram de ser uma categoria social, mas que a categoria social foi apenas uma abordagem, um olhar, sobre populações humanas em determinado tempo/espço.

Esse fenômeno contrasta com uma identidade política, constituída e ainda agente neste tempo histórico, porém que tende a ser pressionada e decomposta. O que não significa que isto suceda, pois a identificação é resultado de produção discursivo/ideológica de um conjunto complexo de processos a ela relacionados.

“Olhar” os seringueiros como categoria social, ou como grupos distintos de popu-

lações humanas que vivenciam processos diversos e se transformam no tempo dialogicamente é uma escolha da abordagem. Se nos aproximarmos da análise buscando uma categoria social, provavelmente vamos confirmar a sentença de Castelo (2013), acordando que os seringueiros estão em processo de extinção; mas se considerarmos que eles foram apenas um título de uma “fotografia” que registramos em um espaço/tempo vamos entender que naturalmente, nos processos sociais, são populações humanas imbuídas em processos desenvolvimentais regidos pelas características ecológicas da espécie e que as transforma no tempo.

Nesse status, a dimensão da sustentabilidade, que é justificadora e partícipe da elaboração do modelo de Reservas Extrativistas, que pretensamente se apresentava naturalizada e garantida pelo modo de vida e cultura das populações tradicionais, no contemporâneo tende a se descolar da cultura e dos aspectos de práticas econômicas, sacralidades, etc. passando a ser viabilizada pela consciência da necessidade de sustentação ambiental, necessária à continuidade de qualquer população humana.

V - REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. Debates, Em: Juventude Rural em perspectiva, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas enfrentam o desafio da sucessão, 2014. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/reservas-extrativistas-enfrentam-o-desafio-da-sucessao/19484/>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2017.

AMORIM, K. S.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Dialogismo e a invenção de processos desenvolvimentais humanos. Paidéia, Ribeirão Preto, 18(40), 235-250, 2008.

AMOSSY, Ruth. (Org.). 'Da noção retórica de ethos à análise do discurso'. In: Imagens de si no discurso: a construção do ethos. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL. Lei 9.985. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC e dá outras providências, 2000.

BRASIL. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Área dos Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e->>. Acesso em: 01 de dezembro de 2017.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade, Em: Juventude Rural em perspectiva, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

CAMPOS, C. J. G. O método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, 2004.

CAMACHO, R. S. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. Entre-Lugar, Dourados, ano 1, n. 1, p.73-98, 2010.

CANETE, V. R. Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos. Disponível em: <www.anppas.org.br> Acesso em: 12/06/2017.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural, Em: Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

CASTELO, C. E. F. Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias. Rio de Janeiro: editora AMC Guedes, 2015.

CAVALCANTI, F. C. S.; MACIEL, R. C. G.; MANGABEIRA, J. A. C.; REYDON, B. P.; A Sustentabilidade das Reservas Extrativistas pela Perspectiva da Economia Ecológica. In: Anais do XLVI Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

COHN, C. Culturas em transformação: os índios e a civilização. São Paulo em Perspectiva, 15 (2)

2001. São Paulo, 2000.

CRISTÓVÃO, L. S. G. Ethos e práticas identitárias: um estudo das imagens de si no discurso de professores de Espanhol Língua Estrangeira. Dissertação (Mestrado em Letras). Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras, 2010.

CUNHA, C. C. Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990 . 2010. 308 p. Tese (Doutora Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,. Disponível em: <<http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/claudiacunha.pdf>>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

CUNHA, D. T. C. 25 anos sem Chico Mendes e a realidade dos trabalhadores de Xapuri, 2013. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2013/12/25-anos-sem-chico-mendes-e-a-realidade-dos-trabalhadores-de-xapuri/>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

CUNHA, Manoela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p.40-53, 2003.

DIEGUES, A. C. S. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: Vieira, P. F.; Maimon, D. (Org.). As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. Belém: APED/NAEA/ UFPA, p. 219-249, 1993.

FISHER, J. D., BELL, P. A. & BAUM, A. Environmental Psychology. 2ª ed. CBS College Publishing, 1984.

FIORINDO, P. P. Ethos: um percurso da Retórica à Análise do Discurso. Revista Pandora Brasil. O ethos nos estudos discursivos da ciência da linguagem, Meio digital, p. 43 , 56, 2012.

GARBIN, E.; SANTOS, L. G.; CORRÊA, A. R.; PEREIRA, A.; MANSKE, G. S.; ROSSI, R. C.; CAMOZZATO, V. Identidades Juvenis em Territórios Culturais Contemporâneos. Unirevista, UNISINOS, v. 1, 2006.

GARNELO, L.; SAMPAIO, S. Globalização e ambientalismo: etnicidades polifônicas na Amazônia. História, Ciências, Saúde, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 755-68, 2005.

GIDDENS, As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GONZÁLEZ, Y. Óxido de lugar: ruralidades, juventudes e identidades. Revista Nômadias, 20, 194-209, 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Éster. O território em tempos de globalização. GEO UERJ. Rio de Janeiro, n.5, p. 7-19, 1999.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. de Tomás T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6 ed. São Paulo: Loyola 1996.
- HIGUCHI, M. I. G.; CARLA, C. ; HIGUCHI, N. . *Morar e viver em Unidades de Conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo*. 1. ed. MANAUS: Niro Higuchi, 2013.
- HOELLE, J. *Rainforest Cowboys. The Rise of Ranching and Cattle Culture in Western Amazonia*. Austin, University of Texas Press, 2015, 196 p.
- JORNAL O GLOBO. Rio de Janeiro: Organizações Globo, [2013]. Diário. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/na-terra-de-chico-mendes-borracha-perde-espaco-para-pecuaria-motoserras-11005552>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LITTLE, Paul. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia 322. Universidade de Brasília, 2002.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p.11-29.
- MAGALHÃES, Marcos P. Território cultural e a transformação da floresta em artefato social. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n. 2, p. 381-400, maio-ago. 2013.
- MASLOW, A. H. (1943), 'A Theory of Human Motivation', *Psychological Review*, 50(4): 370-96
- MENDES, C. A luta dos povos da floresta. In: *Geografia: Pesquisa e prática social*. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07, 1990.
- MESQUITA, R.C.G. *Conversa com Dra. Rita de Cássia Guimarães Mesquita*. Manaus-AM, 2016.
- MOSER, G. (1998). *Psicologia ambiental*. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130.
- OLIVEIRA, J. A. (2004). *Amazônias: Sociedades Diversas Espacialidades Múltiplas*. Em: *Hiléia – Revista de direito Ambiental da Amazônia*, ano 2, nº 2, Manaus, 2004.
- PALMEIRA, A.B.P.; GEWEHR, R.B. Existe uma Weltanschauung da Psicanálise? *Cadernos Psicanálise CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 32, p. 63-84, 2015.
- PANTOJA, M. C; COSTA, E.; POSTIGO, A. "A presença do gado em Reservas Extrativistas: algumas reflexões". *Caderno Pós Ciências Sociais*. v.6 n.12 jul/dez, São Luis/MA: UFMA, 2009.
- PIRES, Vera Lúcia. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. *Organon (UFRGS)*, UFRGS - Porto Alegre, v. 16, n.32/33, p. 35-48, 2003.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- REFFATTI, L.V. *Geografia/Educação e apropriação psicossocial dos lugares*. 2001. 164 p. Dissertação

- (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Curso de Pósgraduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes. p. 73-102, 2000.
- SILVA, A; MENEZES, M. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural, Em: (Autores) Juventude Rural em perspectiva, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- SILVA, R. B., MENDES, J. S., & ALVES, R. D. O conceito de líquido em Zygmunt Bauman: Contemporaneidade e Produção de Subjetividade. Athenea Digital, nº15, p. 249-264, 2015.
- SILVA, E. J. Jovens Agricultores: Entre a reprodução e a ressignificação da vida no campo. In: V Simpósio sobre Juventude Brasileira, 2012, Recife/PE. V Simpósio sobre Juventude Brasileira. Recife, 2012. v. 1. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-139.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2016.
- SILVA, J.B. População Tradicional, Reservas Extrativistas Amazônicas e Racionalidade Estatal. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 7, Anais. Belém, 2013.
- SILVA, E. J.; (2012).”Visões de mundo e paradigmas”. Disponível em: < <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-139.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2016.
- SILVEIRA . Ethos no discurso: trilhando um percurso teórico. Nova Revista Amazônica, v. v.2, p. 72-, n. 2014.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SOUSA FILHO, A. Cultura, ideologia e representações. Em CARVALHO, M. R.; PASSEGI, M. C. & Sobrinho, M. D. (Orgs.). Representações sociais: teoria e pesquisa (pp. 71-82). Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ Fundação Vingt-un Rosado, 2003.
- VALENTIM, R. P. F. “Modernidade e Comunidades Tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola”, Espaço: Revista Psicologia Política.vol.11, n.22, São Paulo, 2011.
- VARGAS, Sandra Bibiana (2009), “Ruralidades emergentes y dinámicas territoriales: nuevas percepciones y medios de vida”, en Revista Eleuthera, Vol 3. (194-205).
- WACQUANT, L. Poder simbólico e a fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. Novos Estudos, v.96, 2013.
- WANDERLEY, A. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro, Em: Juventude Rural em perspectiva, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- ZANELLA, A. V. Sujeito e alteridade: Reflexões a partir da Psicologia Histórico-Cultural. Psicologia & Sociedade; 17(2), 99-104, 2005.

SOBRE O AUTOR

Anselmo Gonçalves da Silva

O autor é Doutorando em Estudos Contemporâneos na Universidade de Coimbra (Portugal) com períodos de estágio de pesquisa Erasmus nas universidades Sorbonne Nouvelle (França) e Helsinki (Finlândia). Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Especialização em Gestão de Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E graduação em Administração Pública pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi Gestor de Políticas Públicas no Governo do Estado do Acre, tendo desenvolvido atividades nas Secretarias de Estado de Assistência Social (SECIAS), de Saúde (SESACRE), e de Desenvolvimento para Segurança Social (SEDS). Foi Analista Ambiental no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), tendo desenvolvido atividades na Reserva Extrativista Chico Mendes (AC), Estação Ecológica Rio Acre (AC) e Parque Nacional do Descobrimento (BA). Desenvolveu também atividades nas Terras Indígenas Cabeceiras do Rio Acre (AC) e Comexatiba (BA). Atualmente é professor do Instituto Federal do Acre (IFAC).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acre 3, 6, 7, 8, 9, 16, 24, 27, 30, 31, 45, 48, 54, 77, 81
Amazônia 3, 6, 7, 15, 78, 79, 81
ambiental 6, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 18, 39, 56, 57, 58, 72,
74, 76, 78, 79

B

bolivianos 6
Brasil 4, 6, 7, 8, 10, 15, 45, 46, 48, 49, 52, 53, 58, 59,
60, 61, 62, 68, 71, 72, 73, 78, 79, 80
brasileiras 6, 64

C

cenários 7, 10, 11, 13, 14, 18, 39, 44, 51, 63, 67
conflitos 6, 7, 8, 9, 16, 24, 33, 56, 75

D

desafio 7, 9, 77
direitos 6, 9, 16, 31, 33, 56
doença 7, 55

F

famílias 6, 26, 28, 46, 48, 49, 53, 56, 60, 61
futuro 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 16, 24, 38, 51, 63, 64,
65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80

G

gerações 7, 10, 11, 14, 17, 22, 25, 33, 35, 37, 66, 72
gestão 6, 18, 22, 34, 39, 42, 57

I

INPA 7, 81
Instituto Chico Mendes 6, 81

J

jovens 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 25, 27, 32, 38,
39, 44, 50, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66,
67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77
juventudes 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 21, 22, 28, 74,
78

P

política 6, 16, 21, 32, 33, 35, 58, 75

políticos 6, 29, 35, 39, 40

população 7, 8, 17, 25, 31, 32, 45, 56, 74, 76

R

refugiados 6

Reserva Extrativista 5, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 67, 68, 71, 73, 74, 81

responsabilidade 4

S

social 6, 8, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 54, 55, 71, 73, 75, 76, 78, 79, 80



AYA EDITORA
2022